

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E
EDUCAÇÃO

SUZANA ROSA ARANTES

NÃO QUERO TER FILHO(S). TEM ALGO ERRADO NISSO?

Uberlândia

2023

SUZANA ROSA ARANTES

NÃO QUERO TER FILHO(S). TEM ALGO ERRADO NISSO?

Relatório técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Área de concentração: Tecnologias e Interfaces da Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl.

Uberlândia

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A882 2023	<p>Arantes, Suzana Rosa, 1981- Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso? [recurso eletrônico] / Suzana Rosa Arantes. - 2023.</p> <p>Orientador: Marcelo L apuente Mahl. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.331 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Educação. I. Mahl, Marcelo L apuente, 1974-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 37</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

SUZANA ROSA ARANTES

NÃO QUERO TER FILHO(S). TEM ALGO ERRADO NISSO?

Relatório técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Uberlândia, 19 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3291-6395/6396 - ppge@faced.ufu.br - www.ppge.faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional/Produto Final, número 03/2023/152, PPGCE				
Data:	Dezenove de junho de dois mil e vinte e três	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	15:35
Matrícula do Discente:	12122TCE014				
Nome do Discente:	Suzana Rosa Arantes				
Título do Trabalho:	Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso? Videodocumentário com mulheres que não querem ter filho(s)				
Área de concentração:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Linha de pesquisa:	Tecnologias e Interfaces da Comunicação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	O Brasil nas revistas da National Geographic (1888-2000)				

Reuniu-se por meio de webconferência, link: <https://conferenciaweb.rnp.br/sala/marcelo-lapuentemahl>, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, assim composta: Professores Doutores: Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro - UFU; Maria Teresa Santos Cunha - UDESC; Marcelo Lapuente Mahl - UFU, coorientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Marcelo Lapuente Mahl, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público online, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

AGRADECIMENTOS

Vitórias não são conquistadas sozinhas.

Ao meu gatinho Vidinha (in memorian), pelo companheirismo e amor verdadeiro.

Aos colegas de turma Suéllen Garcia, Daniela Braga e Rafael Abrahão, pelas risadas.

À Janaína, Priscy, Marília, Silmara, Patrícia e Raíra, por compartilharem suas histórias.

À Elisabeth, Mãe Irene de Nanã, Mãe Mirelli de Oxóssi, padre Sérgio e pastor Ronaldo, pela colaboração e atenção.

Ao professor Marcelo Lapuente Mahl, pela confiança, leveza e profissionalismo.

À professora Raquel Discini de Campos, pelo carinho e prontidão de sempre.

À jornalista Renata Neiva, pelas dicas e contribuições indispensáveis.

A Árion Yagami, pela eficiência na edição do vídeo.

À mestre Mary Del Priore, pela gentileza e pelo respeito.

Triste, louca ou má

*Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal*

*A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar*

*Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar*

*Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define (você é seu próprio lar)*

*Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só*

*Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima*

*Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar.*

Música: Triste, louca ou má.
Banda: Francisco el Hombre.
Disco: Soltasbruxa, 2016.

RESUMO

Este trabalho relata o processo de produção do videodocumentário “Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?”, em que parte-se do seguinte problema: o que têm a dizer as mulheres que não querem ter filho(s), num contexto histórico construído para a realização da maternidade? Para o embasamento teórico dessa pesquisa, foram realizadas revisões bibliográficas sobre gênero, identidade cultural e a mídia documentário. Para o desenvolvimento do produto, foram recolhidas entrevistas, em formato de vídeo, com 06 (seis) mulheres: Patrícia, 35 anos, casada; Pricy, 39 anos, casada; Janaína, 40 anos, casada; Marília, 35 anos, solteira; Raíra, 32 anos, solteira; Silmara, 37 anos, solteira; e 04 (quatro) líderes religiosos: um da linha espírita; um da linha da umbanda; um da linha evangélica e um da linha católica apostólica romana; sendo todos(as) os(as) entrevistados(as) residentes na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. A historiadora brasileira Mary Del Priore fez uma participação especial no videodocumentário, analisando a história das mulheres no que diz respeito à maternidade.

Palavras-chaves: Mulheres. Gênero. Identidade cultural. Documentário.

ABSTRACT

This work reports the production process of the video documentary “I don’t want to have children. Is there anything wrong with that?”, which starts with the following issue: what women who do not want to have children have to say, in a historical context built for the motherhood realization? For the theoretical background of this research, bibliographic reviews on gender, cultural identity and documentary were carried out. For the development of the product, interviews were collected in video format, with six women: Patrícia, a 35 (thirty-five) year-old married woman; Pricy, a 32 (thirty-two) year-old married woman; Janaína, a 40 (forty) year-old married woman; Marília, a 35 (thirty-five) year-old single woman; Raíra, a 32 (thirty-two) year-old single woman; Silmara, a 37 (thirty-seven) year-old single woman; and 4 (four) religious leaders: one of them from the spiritist line, one from the umbanda line; one from the evangelical line and the other one from the Roman Catholic Church. All the interviewees are residents in the city of Uberlândia, Minas Gerais. The Brazilian historian, Mary Del Priore, had a special participation on the video documentary, analysing the history of women regarding motherhood.

Keywords: Women. Gender. Cultural identity. Documentary.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Identidades trans(formadas)	16
2.1.1 O fluir incessante da identidade.....	16
2.1.2 A construção do gênero e da identidade feminina ao longo dos tempos.....	20
2.1.3 O guia padronizado: casamento, maternidade e família.....	23
2.1. 4 Mudanças no cenário e a reinvenção da identidade da mulher	29
3. GÊNERO DOCUMENTÁRIO.....	35
3.1 Comunicação a partir do gênero documentário	35
3.1.1 Trajetória histórica e conceitos do documentário.....	35
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
4.1 Métodos de pesquisa utilizados para produção do material	40
4.1.1 Revisão bibliográfica.....	40
4.1.2 Análise de similares.....	41
4.1.3 Apuração e levantamento das fontes	42
4.1.4 Entrevistas e captação de imagens.....	44
4.1.5 Edição do vídeo	46
4.1.6 Divulgação.....	47
5. DEMANDA MERCADOLÓGICA	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES	55
APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO PATRÍCIA DA ROCHA SILVA.....	56
APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO PRISCY P. C. DE OLIVEIRA.....	57
APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO JANAÍNA JÁCOMO DOS SANTOS	58

APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO MARÍLIA PARREIRA FERNANDES	59
APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO RAÍRA COSTA DIAS	60
APÊNDICE F – AUTORIZAÇÃO SILMARA FERNANDE S PARREIRA	61
APÊNDICE G – AUTORIZAÇÃO ELI SABETH TOMAZ SILVA.....	62
APÊNDICE H – AUTORIZAÇÃO MARIA IRENE ARANTES	63
APÊNDICE I – AUTORIZAÇÃO MIRELLI ARANTES SILVA.....	64
APÊNDICE J – AUTORIZAÇÃO RONALDO DINIZ	65
APÊNDICE K – AUTORIZAÇÃO SÉRGIO DE SIQUEIRA CAMARGO.....	66

1. APRESENTAÇÃO

Nunca ouvi nenhuma mulher ser questionada sobre as razões de ter se tornado mãe. No entanto, quando uma mulher expressa recusa a essa “naturalização”, tem-se os mais variados diagnósticos: “É porque você não encontrou a pessoa amada”; “O relógio biológico ainda vai apitar”; “Quem vai cuidar de você na velhice?”. Já ouvi até “Você precisa fazer um acompanhamento psicológico, pois deve ser algum trauma”.

A maternidade era considerada (e talvez ainda seja), nas perspectivas médicas e psicológicas, de acordo com Del Priore (1997), como a verdadeira *essência* da mulher, inscrita em sua própria natureza. A autora também comenta que “a mulher que não quisesse, não pudesse realizá-la, aos olhos dos médicos era vista como ser físico, moral ou psiquicamente incapaz” (DEL PRIORE, 1997, p. 356). O autor Lipovetsky (2000, p. 106) vai dizer que “a mulher infecunda é desprezada porque torna impossível o cumprimento do ‘dever de descendência’ e o acesso à condição de ancestral”. E, atrelado a isso, temos as religiões, as novelas, a internet, os filmes, as revistas etc., que também exercem papel fundamental na construção e na manutenção de modelos e estereótipos de mulher, tais como o da “mulher-mãe”, por exemplo.

Assim, percebe-se que, ao longo dos séculos, a maternidade foi amparada pela medicina, pela religião, pela psicologia, pela mídia e pelo discurso filosófico. E não é difícil observar que a mulher que recusa a maternidade é causa de espanto e questionamentos por grande parte da sociedade. Tendo como base a crença de uma natureza feminina que dotaria a mulher biologicamente para procriar, segundo Maluf e Mott (2002), não seguir essa norma é quase que uma negação à feminilidade da mulher e aos mandamentos de Deus, que concebeu a mulher para ser mãe.

Para a mulher brasileira, essa lógica não é diferente, principalmente por tratar-se de mulheres que vivem em um país extremamente religioso, cristão, em que a grande maioria da sociedade enxerga a maternidade como uma obrigação que deve ser cumprida pela mulher, pois ela possui um útero e isso funciona como um indicativo que ela “deseja”, “deve” ter filho(s). A forte religiosidade da sociedade brasileira pode ser vista nos dados mais recentes do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, em que pessoas de 25 anos (ou mais) declaram ser católicas apostólicas romanas (123.280.172 pessoas), católicas apostólicas brasileiras (560.781 pessoas), católicas ortodoxas (131.571 pessoas), evangélicas (42.275.440 pessoas), espíritas (3.848.876 pessoas), umbandistas e candomblé

(588.797 pessoas). Tendo em vista os dados apresentados, percebe-se que os preceitos cristãos determinam a linha religiosa seguida no país.

No imaginário de muitas pessoas, especialmente no das religiosas, se a mulher tem um aparelho reprodutor, ela possui um útero; então, ele deve ser utilizado, impreterivelmente, para essa finalidade: gerar filho(s). A autora Colling (2014) cita o pensador grego Platão, que afirmou: “O útero é um animal que vive nelas...”. A autora Michelle Perrot (2007, p. 69) também vai dizer que a sociedade ocidental “promove a assunção da maternidade, e essa é uma temática que permanece sendo tratada como um assunto ‘sagrado’, um tabu, permeado pela essência divina e religiosa, além de ser uma construção social”.

Na contemporaneidade, nos deparamos com mulheres que não desejam ter filho(s), que não têm a vontade da realização pessoal da maternidade. E não é difícil perceber que, ainda nos dias atuais, a mulher que expressa a negação pela maternidade é vista como “anormal”, quase que uma aberração da natureza; ela é julgada, demonizada, pois, como comenta Del Priore (2014, p. 111), o “fato de querer ou não ter filho nunca foi percebido da mesma maneira”.

Dados do IBGE, em censo realizado no ano de 2010, revelaram que a taxa de fecundidade feminina baixou de 2,39, em 2000, para 1,72, em 2015. Em 2015, de acordo com relatório publicado pelo mesmo instituto, com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílio (PNAD), referente a 2014, 38,4% das mulheres de 15 a 49 anos de idade não tinham filho(s) nascido(s) vivo(s). Dentre as mulheres sem filhos, destacam-se as brancas (41,7%; já entre as negras, esse número é de 35,6%) que possuem maior escolaridade (8 anos ou mais de estudo). Tendo como base esses dados, podemos observar a correlação entre maior escolaridade e adiamento da maternidade, caso ela aconteça. Mas, infelizmente, o relatório disponibilizado pelo IBGE (2010) não considera a diferença entre a não maternidade por escolha e aquela maternidade impedida por problemas de saúde (como a infertilidade, por exemplo). Dessa forma, não é possível fazer um detalhamento mais apurado dessa questão.

Dessa maneira, a partir dos dados apresentados, é possível observar que as mães brasileiras estão tendo cada vez menos filhos nos últimos anos. Essa redução do número de filhos, e até mesmo a inexistência deles, pode ser um demonstrativo que representa as várias transformações ocorridas nos padrões sociais e culturais que foram estabelecidos para a vida das mulheres ao longo dos séculos no Brasil e no mundo, além de ser também um reflexo da utilização de métodos contraceptivos, como a pílula do dia seguinte, por exemplo.

Nesse contexto, Badinter (2011) nos fala que, na contemporaneidade, o binômio mãe-filho, a problemática feminina e a evolução da interação social da mulher, no que concerne aos conflitos no casamento e no trabalho, fazem abrir análises do ato da maternidade, pois

o desejo de ter filhos não é nem constante, nem universal, pois algumas mulheres os querem, outras não os querem, outras não os querem mais, outras, enfim, nunca os quiseram. Já que existe escolha, existe diversidade de opiniões, e não é mais possível falar de instinto, ou de desejo universal (BADINTER, 2011, p. 17-18).

Dessa forma, na atualidade, constatamos a transformação do afeto nas mulheres que recusam a maternidade. Ou seja, elas não estão presas aos mesmos sentimentos, não estão sendo mais afetadas pelos mesmos discursos de antes e, por isso, criam novas formas sociais, novos modelos, pois existem tipos diferentes de mulher, de escolhas quanto a ter ou não filho(s); mulheres que não possuem essa vontade, esse instinto dito inscrito em nossa natureza.

A historiadora Michelle Perrot (2007) também comenta que a história das mulheres passou por muitas mudanças, tanto nos seus objetivos quanto em seus pontos de vista. Segundo ela, “partiu-se de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação” (PERROT, 2007, p. 15).

Assim, nos dias atuais, nos vemos diante de um cenário em que é bem perceptível constatar que muita coisa mudou e foi desconstruída na vida das mulheres. Hoje, elas conquistaram lugar nas universidades, nos cargos de chefia, liberdade de pensamento, independência econômica e são provedoras no lar, participando ativamente da vida social, política e econômica do país. As mulheres passaram a ocupar os espaços públicos, e não mais somente o privado (o lar, a casa). E, entre as transformações ocorridas com o passar dos séculos, o projeto *ser mãe* é uma realidade que muitas mulheres têm repensado e revisto para suas vidas.

Nesse sentido, esta pesquisa propõe-se a ouvir o que têm a dizer as mulheres que não querem ter filho(s), num contexto histórico construído para a realização da maternidade. Assim, o videodocumentário aqui proposto pretende dialogar com os mais diversos públicos, principalmente com as pessoas que questionam e criticam as mulheres que não se encaixam em regras e padrões construídos socialmente, com o objetivo principal de ampliar as vozes e os espaços de escuta das mulheres que residem na cidade de Uberlândia (MG) e que não querem ter filho(s), bem como ouvir suas narrativas, investigando a ocorrência de conflitos, questionamentos e julgamentos decorrentes da postura dessas mulheres, no contexto de uma sociedade machista, patriarcal, sexista e religiosa.

O propósito deste trabalho é produzir também uma obra alternativa ao jornalismo, como técnica para dar visibilidade às fontes que pertencem às chamadas minorias sociais, neste caso, as mulheres que residem em Uberlândia e fogem da receita cultural, do padrão “mulher-

mãe”, e que, na grande maioria das vezes, são socialmente desaprovadas, criticadas e questionadas pela escolha e pelo posicionamento assumidos. O objetivo geral do videodocumentário é propor que as mulheres não sejam questionadas e/ou criticadas quando expressam a recusa da maternidade, buscando, assim, promover reflexões sobre a construção social e histórica do modelo “mulher-mãe”. De acordo com Da Viá (1983 *apud* BALDISSERA, 2009),

a partir do momento em que determinados grupos definem temas de seu interesse para serem discutidos e conseguem abertura para sua divulgação, inicia-se a fase de formulação de posições, embasadas em aspectos racionais, influências recebidas e postura perante estereótipos mentais (DA VIÁ *apud* BALDISSERA, 2009, p. 4).

Nesse sentido, para Baldissera (2009), pode-se pensar que a opinião formada sobre determinado tema estará, de alguma forma, associada às crenças e ideologias dos indivíduos em questão, sendo a opinião pública uma forma de expressão das percepções coletivas. Segundo o autor, o público é formado, constituído, sendo amparado nas interações, na experiência, na manifestação de subjetividades, nos atravessamentos de poder e nas atribuições de sentido. Sendo assim, esta pesquisa se justifica como sendo uma contribuição para se questionar os modelos socialmente construídos para as mulheres ao longo do tempo, especificamente a condição de ser mãe. Baldissera (2009) argumenta que

com a acessibilidade ampliada pelos novos instrumentos tecnológicos e a vastidão de conteúdos que a internet dá acesso, observa-se, por exemplo, o desenvolvimento de públicos cada vez mais específicos e o surgimento de produtos de todas as categorias, atendendo de forma cada vez mais personalizada essas demandas (BALDISSERA, 2009, p. 12).

Assim, é extremamente importante que o assunto seja refletido e questionado, para que se torne um debate mais público, além de articular recursos comunicacionais necessários para garantir a circulação de informações/significados, de modo a delimitar as diferenças, envolvendo os públicos como processo de construção, já que a escolha por não ter filho(s) vem afrontar um lugar historicamente criado para as mulheres: o vínculo à maternidade.

Por fim, este trabalho contém um relatório com 07 (sete) partes. Na primeira parte, tem-se a apresentação do tema a ser discutido. A segunda parte está voltada para a apresentação do referencial teórico sobre a construção da identidade feminina e os estereótipos criados para as mulheres ao longo dos séculos. Na terceira parte, é feita a apresentação do gênero midiático documentário, com seu trajeto histórico e conceitual, para ressaltar a importância desse gênero jornalístico na utilização deste trabalho. Na quarta parte, têm-se os procedimentos

metodológicos utilizados para realizar o videodocumentário. Na quinta parte, é comentado sobre a demanda mercadológica do gênero midiático e do tema do documentário. Na sexta parte, temos os referenciais teóricos utilizados para tratar do tema abordado. Na sétima parte, encontram-se os anexos com as autorizações de uso de imagens e de depoimentos dos(as) entrevistados(as).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Identidades trans(formadas)

A proposta deste capítulo é apresentar alguns conceitos sobre a formação e as transformações da identidade, a construção do gênero feminino, a instituição do casamento e da maternidade. Na primeira parte, há uma discussão sobre a construção das identidades pelas múltiplas relações que indivíduos e grupos estabelecem com diversos contextos sociais e culturais que, nos tempos de hoje, envolvem também os produtos culturais que circulam na mídia, na qual o sujeito se inspira para construir sua própria narrativa biográfica. Para isso, serão utilizados, principalmente, os teóricos da contemporaneidade Anthony Giddens (2002), Stuart Hall (2004) e Douglas Kellner (2001). A segunda parte traz reflexões sobre a história da construção do gênero feminino ao longo dos séculos, para se ter compreensão sobre a identidade construída para a mulher. Mary Del Priore (1997), Michelle Perrot (2007), Gilles Lipovetsky (2000) e Elisabeth Badinter (1985) serão as referências mais utilizadas nessa parte.

2.1.1 O fluir incessante da identidade

O filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso (540-470 a.C.) defendeu que a natureza mudava o tempo todo, e com esse pensamento escreveu: “Tudo flui e nada permanece”. Bauman (2007) também comenta sobre essa inconstância da vida, ao falar da “permanência da transitoriedade”, da “durabilidade do provisório”. Assim, esse “fluir” pode ser observado, na contemporaneidade, principalmente, no que diz respeito à questão da identidade do indivíduo, que por muito tempo foi vista como algo imutável e unificado, sem possibilidade de mudança; mas, com o atravessar dos séculos, passou e passa por muitas mudanças e impermanências.

Dentro desse contexto de transformações e impermanências da identidade do indivíduo, Stuart Hall (2004) diz que um tipo diferente de mudança estrutural transformou as sociedades modernas no final do século XX, o que fragmentou e está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Segundo ele, essas transformações também estão mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. O autor afirma que essa perda de um “sentido de si” estável é

chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração¹ dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos, o que constitui uma “crise de identidade” (HALL, 2004).

Nesse sentido, três concepções muito diferentes de identidade foram elaboradas pelo autor: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a identidade do sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. Para Hall (2004, p. 10-11), “esse sujeito consistia num ‘núcleo’ interior que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo”.

Na concepção da identidade do sujeito sociológico, segundo o autor, a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. Para ele, o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. As identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais (HALL, 2004, p. 12).

Na identidade do sujeito pós-moderno, temos um indivíduo fragmentado, composto não só de uma, mas de várias identidades e referências, não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Segundo o autor, o sujeito assume identidades diferentes em momentos também diferentes, numa “celebração móvel” que é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos cercam (HALL, 2004).

Assim, Douglas Kellner (2001) concorda com o pensamento de Stuart Hall (2004) no que diz respeito ao sujeito pós-moderno, mas, para Kellner (2001), na modernidade, a identidade torna-se mais móvel, múltipla, pessoal, reflexiva e sujeita a mudanças e inovações, sendo também social e relacionada com o outro. Portanto, para ele, “as identidades ainda são relativamente fixas e limitadas, embora os limites para identidades possíveis e novas estejam em contínua expansão” (KELLNER, 2001, p. 296)

¹ Os cinco fatores de descentramento propostos por Stuart Hall (2004) são: a teoria de Karl Marx; as ideias de Lacan; a linguística de Saussure; o pensamento de Foucault; e, por último, o movimento feminista.

Nesse sentido, na modernidade, segundo Kellner (2001), há uma estrutura de interação com papéis, normas, costumes e expectativas socialmente definidas e disponíveis; e que “precisamos escolhê-los e reproduzi-los para obtermos identidade num processo complexo de reconhecimento mútuo” (KELLNER, 2001, p. 296). Nessa mesma perspectiva, o pensamento de Guiddens (2002) encontra-se com o de Kellner (2001), pois Guiddens (2002) diz que as identidades ainda são relativamente fixas e limitadas, acrescentando ainda o papel das instituições nesse processo da formação da identidade cultural.

Para Guiddens (2002), as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais e a seu impacto global. No entanto, para o autor, essas não são apenas transformações externas, pois a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência.

A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual e, portanto, com o eu. Uma das características distintivas da modernidade, de fato, é a crescente interconexão entre os dois “extremos” da extensão e da intencionalidade: influências globalizantes de um lado e dispositivos pessoais de outro (GUIDDENS, 2002, p. 9).

Assim, para Guiddens (2002), a modernidade tem estreitas relações com a vida individual, a ponto de o sujeito necessitar ter (adquirir) recursos morais necessários para se viver uma existência plena e satisfatória, perante a si próprio e a sociedade. Mas, segundo o autor, há também o “isolamento existencial”, em que há uma separação não dos outros, mas sim uma separação do indivíduo entre esses recursos morais. Sob essa perspectiva, podemos identificar o que Hall (2004) chamou de uma “narrativa do eu”, ou seja, uma “narrativa emancipatória do eu”, e não conformativa.

Um outro aspecto dessa questão da identidade, de acordo com Hall (2004), está relacionado ao caráter da mudança na modernidade tardia; em particular, ao processo de mudança conhecido como “globalização” e seu impacto sobre a identidade cultural. Nesse contexto, assim como para Hall (2004), Kellner (2001) também afirma que, à medida que o ritmo, as dimensões e a complexidade das sociedades modernas aumentam, a identidade vai tornando-se cada vez mais instável e frágil.

O sujeito autônomo e autoconstituído, realização final do indivíduo moderno, de uma cultura do individualismo, está se fragmentando e desaparecendo

devido aos processos sociais que nivelam as individualidades na sociedade racionalizada, burocratizada, consumista e dominada pela mídia (KELLNER, 2001, p. 298).

De acordo com Kellner (2001), na perspectiva pós-moderna a identidade torna-se cada vez mais volátil, na medida da complexidade e das dimensões da sociedade. As constantes transformações e mudanças sofridas pela sociedade fazem com que o indivíduo fique fragilizado, individualista e fragmentado. Para o autor, a cultura da mídia é uma grande impulsionadora da formação da identidade e da fragmentação do sujeito.

Para exemplificar, o autor cita o filme norte-americano *Uma linda mulher*² como um mensageiro de que “quem quiser transformar-se em um novo eu, transformar a própria identidade, ser bem sucedido, precisará dar atenção à imagem, à aparência, à moda” (KELLNER, 2001, p. 300). Dessa forma, constata-se que a televisão, bem como outras mídias, tem forte influência na construção da identidade dos indivíduos contemporâneos, sendo a imagem um fator predominante. Assim, para Kellner (2001), o modo como tratamos a identidade na sociedade contemporânea retrata o grau de mediação da identidade pela imagem e pela aparência na cultura contemporânea.

Kellner (2001) comenta que, seja qual for a natureza – moderna ou pós-moderna –, a identidade na sociedade contemporânea é cada vez mais mediada pela mídia, que, com suas imagens, fornece moldes e ideais para a modelagem da identidade pessoal. Ainda segundo o autor, a cultura contemporânea se apresenta cada vez mais fragmentada com relação a gostos, por isso a constante produção de diferentes imagens, pois, para ele, “a cultura da mídia tem o potencial de desestruturar as identidades e incentivar a construção de outras novas, porém, ainda mais instáveis” (KELLNER, 2001, p. 315).

Dessa forma, na concepção de identidade cultural na pós-modernidade, é possível observarmos a função da mídia no que diz respeito à sua contribuição na formação de novas identidades, ou o reforço de identidades tradicionais estabelecidas para o sujeito e a sociedade. Hoje, com o desenvolvimento acelerado das tecnologias e a multiplicidade de canais (Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, TikTok etc.) disponibilizados pelos avanços tecnológicos, tem-se mais visibilidade a diferentes formas de se existir no mundo, mais acesso a outras culturas, outras formas de pensamento, em que outras identidades são criadas, transformando o que já existia ou, até mesmo, mantendo o convencional.

² Filme norte-americano feito pela produtora Touchstone Pictures no ano de 1990. Foi dirigido por Garry Marshall e teve os atores Julia Roberts e Richard Gere como protagonistas.

Dentro desse contexto do desenvolvimento acelerado das tecnologias e a da grande quantidade de canais, Gutmann (2021) comenta que

as plataformas digitais não são tomadas como “suportes” ou “meios”, mas como ambiências tecidas em rede, atravessadas por tempos e espaços diversos, por fluxos, por continuidades e descontinuidades de relações comunicacionais, culturais, identitárias e políticas. YouTube, Instagram, Twitter, Facebook, TikTok, Twitch etc. são ambiências cujas condições materiais e simbólicas constituem culturas e nos fazem ver configurações espaço-temporais a partir das tecnicidades e seus modos de percepção (GUTMANN, 2021, p. 62).

Assim, a autora considera as plataformas e as mídias audiovisuais não como meros meios e avanços tecnológicos, mas como “ambiências digitais”, ressaltando que esses são também “lugares de fluxos e movimentos de corpos que se articulam e se autodifundem; lugares pelos quais nos colocamos enquanto sujeitos em relação a outros tantos corpos que se oferecem ao consumo, através de *stories*, videoclipes etc.” (GUTMANN, 2021, p. 79). Sendo assim, o intuito do videodocumentário “Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?” configura-se, como diz Gutmann (2021, p. 78), como uma “mídia audiovisual em rede enquanto forma material de mediações diversas”, tendo em vista que o videodocumentário fornecerá a visualização de uma outra identidade de mulher, ampliando as vozes daquelas que não se encaixam na caixinha dos padrões e receitas sociais convencionadas para suas vidas, no que diz respeito à regra e ao condicionamento historicamente construído para elas: ter filho(s), ser mãe.

2.1.2 A construção do gênero e da identidade feminina ao longo dos tempos

Dicas de beleza, de moda, culinária, artigos para casa, casamento, maternidade, entre outros, são (e sempre foram) temas frequentes nas mídias direcionadas à mulher. A maternidade, em particular, é um dos assuntos mais recorrentes, tanto na mídia quanto nas pautas sociais e familiares, pois ela é vista, de certa forma, como uma “obrigação” que precisa ser cumprida pela mulher, pois ela possui um útero e ele deve ser utilizado para essa função, impreterivelmente. Portanto, aspectos como esses são responsáveis por formar um grande acervo de costumes e valores da realidade social das mulheres, ao mesmo tempo em que colaboram com a representação feminina.

Para Del Priore (1997, p. 45), “a todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina”, e o fundamento escolhido para justificar a repressão

da mulher, segundo a autora, era simples: o homem era superior e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade. A autora cita que São Paulo, na *Epístola aos Efésios*, não deixa dúvidas quanto a isso.

As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos”. Desse modo, o macho (marido, pai, irmão etc.) representava Cristo no lar. A mulher estava condenada, por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca (DEL PRIORE, 2017, p. 46).

Del Priore (1997, p. 49) também relata que, “no Brasil, nos tempos colônias, repetia-se como algo ideal que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada”. Assim, de acordo com a autora, o “adestramento da sexualidade” pressupunha o desvio dos sentidos pelo respeito ao pai, depois ao marido, além de uma educação dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos.

Ainda segundo a autora, muitas distinções entre os sexos eram estabelecidas; entre elas, as fronteiras entre a esfera pública (a praça, os bares, a rua, a política), definida como essencialmente masculina, e a privada (a casa, o lar), vista como lugar natural da esposa-mãe-dona de casa e de seus filhos. Assim, a mulher deve se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público.

Autoridades e homens de ciência do período consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a sua constituição biológica. Até a década de sessenta, acreditava-se que a mulher, sendo feita para o casamento e para a maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhada, e a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino (DEL PRIORE, 1997, p. 604).

Del Priore (1997) comenta também que a retomada por um “velho discurso” que tenta justificar que as teorias e práticas liberais – que, embora comprometidas com o princípio da igualdade, negavam às mulheres o acesso à cidadania, através da ênfase na diferença entre os sexos – seriam revigoradas a partir das descobertas da medicina e da biologia, que ratificavam cientificamente a dicotomia “homens: cérebro, inteligência, razão lúcida, capacidade de decisão” *versus* “mulheres: coração, sensibilidade, sentimentos”. Dessa forma, a construção da imagem feminina a partir da natureza e das suas leis implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce etc. “Aqueles que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais” (DEL PRIORE, 1997, p. 334).

A relação da mulher com os cosméticos, segundo Del Priore (2000), é uma prática que vem de séculos. A autora cita como exemplo o fato de as mulheres usarem maquiagem para dormir, ainda no século XVIII.

O curioso é que o limite entre a cosmética saudável, aquela capaz de sanar males e doenças, e a cosmética para “embelezar” era estreito. As mulheres resvalavam de uma para outra, sob o olhar sempre condenatório de maridos, padres e médicos. A crítica regular do uso excessivo de tintas, besuntos, cremes e unguentos acumulava-se. Perseguiu-se a possibilidade de ver a mulher assemelhar-se às cortesãs ou prostitutas. O critério, portanto, era o “muito” ou “pouco” maquilada, critério esse que variou ao longo dos tempos. Basta pensar no “meio-rouge” que as mulheres usavam, ao deitar-se, no século XVIII (DEL PRIORE, 2000, p. 30).

De acordo com Del Priore (2000), a mulher permanece consumindo ideias e produtos que possam ajudá-la a parecer mais jovem. A submissão ao homem deu espaço à submissão aos valores da beleza e da juventude.

Em nossos dias, a identidade do corpo feminino corresponde ao equilíbrio entre a tríade beleza-saúde-juventude. As mulheres cada vez mais são empurradas a identificar a beleza de seus corpos com juventude, a juventude com saúde... Mesmo tomando posse do controle de seu corpo, mesmo regulando o momento de conceber, a mulher não está fazendo mais do que repetir grandes modelos tradicionais. Ela continua submissa. Submissa não mais às múltiplas gestações, mas à tríade de “perfeição física” (DEL PRIORE, 2000, p. 14-15).

Na mesma linha de Del Priore (2000), Perrot (2007) acrescenta que, de início, as mulheres parecem confinadas.

A sedentariedade é uma virtude feminina, um dever das mulheres ligadas à terra, à família, ao lar. As mulheres são menos vistas no espaço público, elas atuam em família, confinadas em casa, ou seja, o espaço privado (casa, lar) é o lugar da mulher, e não o espaço público (rua, bares, comércio, indústrias, cinemas, casas de show, etc.), pois este é o lugar do homem, e a mulher não pode frequentar esse espaço (PERROT, 2007, p. 153).

Perrot (2007) reforça esse pensamento vigente da época, citando alguns filósofos como Kant e Pitágoras. De acordo com a autora, Kant dizia que a mulher é a casa, e o direito doméstico assegura o triunfo da razão, enraíza e disciplina a mulher. O filósofo Pitágoras dizia que uma mulher em público está sempre fora de lugar, e que isso se configurava como uma desonra.

A filósofa Beauvoir (2016) também comenta que legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era “desejada no céu e proveitosa à Terra”. Segundo ela (2016, p. 19), “as religiões forjadas pelos

homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios”. A autora também diz que a menina e a mulher são tratadas como uma “boneca viva”, e a liberdade é recusada a elas.

(...) fecha-se um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajasse a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino (BEAUVOIR, 2016, p. 25).

De acordo com as autoras Maluf e Mott (2002), a imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado também pela Igreja e ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Nesse sentido, as autoras dizem que “mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser” (MALUF; MOTT, 2002, p. 374).

Del Priore (1997) ressalta que o programa de estudos destinados às meninas era bem diferente do dirigido aos meninos.

O aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira, leve. Só as que mais tarde seriam destinadas ao convento aprendiam latim e música; as demais restringiam-se ao que interessava ao funcionamento do futuro lar: ler, escrever, coser, contar e bordar. No conjunto, o projeto educacional destacava a realização das mulheres pelo casamento (DEL PRIORE, 1997, p. 51).

Assim, de acordo com o que foi posto até aqui, é possível observar que muitos foram os padrões construídos social e culturalmente para a vida das mulheres, para o gênero feminino. E, entre esses modelos e padrões, encontramos a universalização da maternidade e do ter filho(s), que é o tema abordado neste trabalho.

2.1.3 O guia padronizado: casamento, maternidade e família

Em meio a todo um contexto social e cultural construído ao longo dos séculos, falar em casamento implicava – e talvez ainda implique – na maternidade, e, conseqüentemente, na formação de uma família. Assim, casamento, maternidade e família configuram-se como aspectos que retratam e reforçam as construções sociais elaboradas pela Igreja, pela medicina e pelo sistema jurídico para a vida das mulheres e a sociedade em geral.

Conforme afirma Perrot (1991), no século XIX, a família era a garantia da moralidade natural, e o casamento era fundado sob o casamento monogâmico, que era estabelecido por um acordo mútuo, sendo considerados os melhores casamentos aqueles “arranjados”, pois um casamento baseado na paixão era perigoso e incerto. A família, segundo a autora, era uma construção racional e voluntária, unida por fortes laços espirituais, como a memória e a materialidade, sendo o patrimônio, a um só tempo, necessidade econômica e afirmação simbólica. Segundo Perrot (1991),

A família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. [...] ela assegura o fundamento econômico e a transmissão dos patrimônios. [...] É a criadora da cidadania e da civilidade. A “boa família” é fundamento do Estado. [...] Daí o interesse crescente do Estado pela família: em primeiro lugar pelas famílias pobres, elo fraco do sistema e a seguir por todas as outras (PERROT, 1991, p. 104).

Sob esse contexto, Del Priore (2014) comenta que o colonizador europeu trouxe para o Novo Mundo uma maneira particular de organizar a família, um modelo constituído por pai e mãe “casados perante a Igreja”, que correspondia aos ideais definidos pela Igreja Católica na reunião eclesialística do Concílio de Trento. E apenas dentro desse “tipo de família – sacramentada pelo matrimônio – seria possível educar os filhos segundo os preceitos cristãos” (DEL PRIORE, 2014, p. 9).

De acordo com a autora, a Igreja Católica procurava universalizar normas para o casamento e a família. E, nesse projeto familiar, a mulher era fundamental, pois cabia a ela “ensinar aos filhos a educação do espírito: rezar, pronunciar o santo nome de Deus, confessar-se com regularidade, participar de missas e festas religiosas” (DEL PRIORE, 2014, p. 11). Ainda segundo Del Priore (2014), as imposições da nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento. A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal.

E, diante do cenário construído para a existência do projeto familiar ideal, a autora também comenta que, no Brasil, outros tipos de família se multiplicaram na mesma época, com famílias pequenas; de solteiros e viúvos; de mães e filhos que viviam sem companheiros nem pais de escravos. Segundo Del Priore (2014), no passado, a noção de família variou de acordo com os diferentes grupos sociais e as diversas regiões do país; os escravos, homens forros ou livres, viviam de um jeito; os poderosos da elite senhorial viviam de outro.

No tocante à instituição casamento, as autoras Maluf e Mott (2002) estão alinhadas com o pensamento de Del Priore, quando comentam que a felicidade só existe dentro desse molde, o que era profetizado por um médico eugenista da época, chamado Renato Kehl, que profetizava: “não há felicidade senão no casamento. É nesse ‘status’ que a mulher se transforma em Esposa e o homem em Esposo, e que a Esposa e o Esposo se transfiguram em Mãe e Pai” (MALUF; MOTT, 2002, p. 388).

Ainda de acordo com Maluf e Mott (2002),

se o casamento representava uma etapa superior das relações amorosas, se foi proclamado “garantidor da saúde da humanidade”, o melhor remédio para o corpo e para a alma, e se constituía uma das maiores fontes de “estabilidade social”, era preciso, então, divulgá-lo e transformá-lo numa necessidade para todos” (MALUF; MOTT, 2002, p. 386).

As autoras Perrot (1991) e Zanello (2014) também refletem que essa necessidade de divulgar o casamento em uma necessidade para todos, como disseram Maluf e Mott (2002), tinha seus pilares na manutenção e no controle da higienização e da saúde humana. No século XIX, segundo Zanello (2014, p. 53), “o casamento é o lugar onde a sexualidade poderia ocorrer dentro de uma moral, e ser controlada”. Para Perrot (1991, p. 115), havia a ideia de que “o casamento é o meio mais favorável para um bom regime sexual”.

Dentro desse contexto higienista da sexualidade a partir do casamento, Del Priore (2014) comenta que o matrimônio se tornou uma barreira contra a imoralidade, funcionando como uma garantia de manutenção da ordem social. E a medicina, segundo ela, publicava teses que demonstravam a preocupação com os casamentos, tendo como base a questão da higienização. É importante ressaltar que, para Perrot (2014), a virgindade no casamento era o capital mais precioso, e preservar, proteger a virgindade da jovem solteira era uma obsessão familiar e social. “A virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão. A Igreja que a consagra como virtude suprema, celebra o modelo de Maria, virgem e mãe” (PERROT, 2014, p. 45). A autora diz também que o Código Penal de 1890 previa a anulação do casamento se o homem constasse que a mulher já não era mais virgem.

Segundo Maluf e Mott (2002, p. 382), “não se pode esquecer ainda que a contrapartida do marido provedor era a mulher responsável pela honra familiar”. Para as autoras, isso significa que, em troca do sustento garantido, a mulher casada deveria se distinguir socialmente, respeitando os ditames da moral e dos bons costumes, evitando assim incorrer em injúria grave, definida como o procedimento que consiste em ofensa à honra, respeitabilidade ou dignidade do cônjuge.

Prescreveu-se para ela complacência e bondade, para prever e satisfazer os desejos do marido sequer expressos; dedicação, para compartilhar abnegadamente com o cônjuge os deveres que o casamento encerra; paciência, para aceitar as fraquezas de caráter do cônjuge. (...) O perfil traçado a esposa conveniente contava ainda com indefiníveis qualidades, tais como simplicidade, justiça, modéstia e humor (MALUF; MOTT, 2002, p. 390).

Dentro desse contexto, Beauvoir (2016) comenta que

a civilização patriarcal destinou a mulher à castidade; reconhecendo-se mais ou menos abertamente ao homem o direito de satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada no casamento: para ela, o ato carnal, não sendo santificado pelo código, pelo sacramento, é falta, queda, derrota, fraqueza, ela tem o dever de defender sua virtude, sua honra; se “cede”, se “cai”, suscita o desprezo... (BEAUVOIR, 2016, p. 126).

Beauvoir (2016) ressalta, explicitamente, que o casamento funciona para a mulher como uma carreira. “O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo” (BEAUVOIR, 2016, p. 185).

Para Badinter (2011), era naturalmente falado que as mulheres solteiras eram “figuras do inferno”, frustradas, ou mulheres inacabadas.

Fantasiavam-nas de preferência tristes e solitárias (contrariamente à imagem do alegre solteiro), porque não há vida de casal fora do casamento, e não há casamento sem filhos... Esse esquema se estilhou como a difusão da coabitação e das ambições profissionais femininas (BADINTER, 2014, p. 174).

Seguidos todos os ditames da Igreja, com o casamento “sacramentado”, chega-se a hora de ter filho(s) e formar uma família. A maternidade, segundo Del Priore (1997, p. 356), “aparece como sendo considerada, nas perspectivas médicas e psicológicas, como a verdadeira *essência* da mulher, inscrita em sua própria natureza”. Assim, era estabelecido que

somente através da maternidade a mulher poderia curar-se e redimir-se dos desvios que, concebidos ao mesmo tempo como causa e efeito de doenças, lançavam-na, muitas vezes, nos “lodos do pecado”. E a mulher que não quisesse, não pudesse realizá-la, aos olhos dos médicos era vista como ser físico, moral ou psiquicamente incapaz. Não haveria salvação e ela acabaria, cedo ou tarde, afogada nas áreas turvas da insanidade (DEL PRIORE, 1997, p. 356).

Na mesma linha de Del Priore (1997), a autora Elisabeth Badinter (1985, p. 15) diz que, aos olhos da cultura, “a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina”. Ela afirma que, partindo desse ponto de vista, uma

mulher é feita não só para ser mãe, mas uma boa mãe. “Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência” (BADINTER, 1985, p. 15). A autora segue dizendo que toda mulher apta a procriar o fazia sem muitas indagações. “A reprodução era ao mesmo tempo um instinto, um dever religioso e uma dúvida a mais para com a sobrevivência da espécie” (BADINTER, 2011, p. 17).

No que diz respeito ao “instinto”, Garcia-Roza (2000 *apud* IACONELLI, 2012) adverte sobre a ameaça de interpretações precipitadas sobre o instinto. Para ele,

a concepção mais generalizada (e também a mais estereotipada) sobre o instinto é aquela que o considera como um comportamento mecânico, inato, imutável, hereditário e comum em cada espécie animal. Essa concepção foi, no entanto, abalada a partir de observações do comportamento animal quando se verificou que o chamado instinto não apenas admitia variações, como frequentemente abarcava ações inadaptadas. Juntamente com o “instinto”, intervinha a aprendizagem, modificando-o (GARCIA-ROSA, 2000, p. 110 *apud* IACONELLI, 2012, p. 42).

Dentro do contexto de naturalização da maternidade, do instinto materno, Iaconelli (2012) argumenta que é na passagem do século XVIII para o XIX que a infância e a maternidade vão sendo envoltas numa aura de amor natural entre mãe e filhos.

Mulheres virtuosa zelam por sua família, e, nesse âmbito, o desejo de ter filho vai equivalendo à natureza benevolente da mulher. Saímos da obrigação, da imposição e do desejo de pertencimento social, querendo-se ou não ser mãe, para o registro do desejo inerente a toda mulher, associado a seu caráter benigno. A mulher não é impelida a gerar, ela assim o deseja. Ser mãe lhe é tão natural que não sê-lo é uma ofensa à natureza feminina. E por desejar, ela zela por sua cria. Fora disso teríamos o desvio moral, a patologia (IACONELLI, 2012, p. 42).

Para Beauvoir (2016, p.103-104), a “maternidade destina a mulher a uma existência sedentária”, sendo natural que ela permaneça no lar enquanto o homem caça, pesca e faz guerra. Nesse sentido, segundo a autora,

a mulher não encontra motivo para uma afirmação ativa de sua existência: ela suporta passivamente seu destino biológico. Os trabalhos domésticos a que está voltada, porque só elas são conciliáveis com os encargos da maternidade, encerram-na repetição e na imanência; reproduzem-se dia após dia sob uma forma idêntica que se perpetua quase sem modificação através dos séculos: não produzem nada de novo (BEAUVOIR, 2016, p. 97-98).

Perrot (2007, p. 69) comenta que “a função materna é um pilar da sociedade e da força dos Estados, torna-se um fato social”. Para ela, a política investe no corpo da mãe e faz do

controle da natalidade uma questão em evidência. A autora também diz que a família é a célula elementar da sociedade, sendo representada por seu chefe, e, além disso, tanto por sua natureza quanto por suas funções, as mulheres não são reconhecidas como indivíduos.

Segundo Costa (1997, p. 37), “no Brasil Colonial, família passou a ser sinônimo de organização familiar ‘latifundiária’, e toda formação social que pudesse fraturar o mito de sua universalidade era ‘sistematicamente aniquilada’”. Ainda segundo esse autor,

a dinâmica deste processo é mais visível quando se analisa os resultados obtidos pela educação higiênica. Neste caso, vê-se até que ponto chegou a fusão entre aquisição de saúde individual, aquisição de status social e manipulação político econômica da vida dos indivíduos (COSTA, 1997, p. 13).

Dessa forma, a partir das colocações feitas até aqui, é nítido percebermos que houve muitas mudanças no percurso histórico das mulheres nos períodos atuais, em relação a épocas passadas, sendo o corpo feminino o resultado não apenas de uma construção histórica, mas também filosófica, médica, pedagógica, psicológica e jurídica, como afirma Colling (2014):

Estes variados discursos articulam-se de uma maneira às vezes imperceptível, mas, no final, todos receitam o que é ser homem, o que é ser mulher, e os papéis sociais designados a ambos: descrevem como se fazem as mulheres em determinada cultura; como se faz um corpo sexuado feminino (COLLING, 2014, p. 16-17).

Assim, podemos depreender que a noção impregnada no imaginário social é a existência de formatos já estabelecidos do que é ser e se comportar naturalmente como mulher e/ou como homem, mas não se trata de formatos, de concepções acabadas sobre o corpo e o desejo de mulheres e homens.

De acordo com Iaconelli (2012), o corpo feminino é um “texto histórico”, escrito de diversas formas ao longo do tempo. “Por este motivo, não existe ‘um’ corpo feminino, não existe uma natureza feminina, mas uma cultura em que durante séculos as mulheres foram encaradas como seres naturais” (IACONELLI, 2012, p. 27).

Para Zanello (2014), o processo de estigmatização das identidades como mecanismo que estabelece a ordem e o controle social também possui efeito contrário.

A mudança das construções de identidade em relação à experiência de opressão e estigmatização, bem como à resistência a ela, podem ser observadas quando os atores sociais, com base nos materiais culturais a que tem acesso, constroem uma nova identidade que redefine a sua posição na sociedade e, desta forma, ao fazê-lo, buscam a transformação da estrutura social como um todo (ZANELLO, 2014, p. 162).

Portanto, na sociedade contemporânea, as mulheres adquiriram espaço e constituíram uma identidade redefinida, reinventada. Hoje, nos deparamos com um cenário social reestruturado e sempre em movimento, proporcionando a ampliação e a multiplicidade dos formatos da identidade feminina.

2.1.4 Mudanças no cenário e a reinvenção da identidade da mulher

Hoje, podemos perceber que foram muitas as transformações vividas na identidade da mulher ao longo da história. Por muito tempo, os valores patriarcais, trazidos do período colonial, eram tidos como referências quando o assunto era família, casamento. Agora, o espaço público começa a ter a presença feminina e as mulheres não se restringem somente ao espaço privado.

Para Bandeira (2008), as mudanças geradas pela crítica feminista a partir do conhecimento de gênero foram responsáveis por grande parte dessas transformações vividas na identidade da mulher, pois produziram novos ângulos e maneiras de ver o mundo. Segundo a autora, é conhecido que a história social e natural foi determinada em termos dos significados de gênero, sob um contexto que fundamentou seu sentido.

Em outras palavras, a crítica feminista evidenciou uma nova dialética ao desconstruir a suposta base biológica dos comportamentos masculinos e femininos afirmando que o gênero resulta das construções sociais e culturais. Ao possibilitar essa nova dialética dos costumes sociais, novos comportamentos, linguagens e olhares, traz como consequência mudanças relativas à condição da existência de homens e de mulheres e entre eles, reciprocamente. Em outras palavras, a condição de gênero se efetiva pelos tipos das relações que se produzem (ou que podem se produzir) entre homens e mulheres, que, em boa medida, resultam dos processos sociais e culturais. A partir disso é que varia o tipo de relação que ambos estabelecem com a racionalidade científica, assim como os seus engajamentos institucionais e profissionais (BANDEIRA, 2008, p. 222).

Assim, a crítica feminista, de acordo com Bandeira (2008), difundiu o conceito de gênero como um conhecimento situado, constituído nas relações históricas e sociais, em relações desiguais de poder em que estiveram implicados homens e, principalmente, mulheres. Para ela, essa difusão de conceitos de gênero promove um novo olhar sobre a realidade, possibilitando “localizar as distinções entre características consideradas masculinas e femininas presentes no cerne das hierarquias do mundo social e do conhecimento, cujas marcas de gênero têm-se deslocado para a teoria social” (BANDEIRA, 2008, p. 222-223).

Logo, sob esse espectro de novos ângulos e maneiras de ver o mundo instigado pela crítica feminista, a autora Kolontai (2011) faz reflexões das mulheres do passado e das mulheres que ela denomina como sendo “a mulher do novo tipo”. As mulheres do passado, segundo ela, eram educadas no respeito à pureza imaculada da virgem e se esforçavam em conservar essa virtude; elas tinham que esconder e dissimular os sentimentos reveladores das necessidades naturais de seu corpo. Já o traço característico da mulher do novo tipo, é a afirmação de si mesma, não somente como individualidade, mas também como representante de seu sexo, sendo “a rebelião das mulheres contra a falsidade da moral sexual um dos traços mais vivos da nova mulher” (KOLONTAI, 2011, p. 98).

No mesmo contexto de Kolontai (2011), as pesquisadoras Pinski e Pedro (2013) apontam que, há muito tempo, ser mãe, filha e esposa deixaram de ser as principais e únicas identificações valorizadas da mulher na sociedade. Segundo as autoras, já faz algumas décadas que as mulheres ultrapassaram os espaços tradicionalmente reservados ao dito “sexo frágil” e desempenham, na contemporaneidade, papéis e funções que antes eram impensáveis para suas bisavós e avós. E, como afirmam as pesquisadoras, a estrada dessa transformação foi longa, com muitos percalços e batalhas, tornando-se um caminho sem volta.

No final dos anos oitocentos, a abolição oficial da escravidão, o advento da República, a grande imigração e a decolada do processo de urbanização e industrialização mexeram com o país. Parecia que o Brasil, enfim, começava a deixar para trás seu caráter agrário e “atrasado”, conforme a visão dos grupos dominantes citadinos que tinham a preocupação de construir, a partir de então, uma sociedade “moderna e higiênica (PINSKI; PEDRO, 2013, p. 16).

Diante disso, os valores da nova “família conjugal moderna”, conforme dizem Pinski e Pedro (2013), eram divulgados e o amor romântico, em termos ideais, ganhava maior importância dentro do casamento, que era reconhecido pelo Estado e pela Igreja. Segundo as autoras, o discurso de médicos e higienistas da época começaram a criticar a separação entre “sexo e amor”, intercedendo favoravelmente na integralização dos dois no matrimônio, como sendo a forma mais saudável e moralmente correta de se relacionar amorosamente entre os casais.

Pinski e Pedro (2013) comentam que foi somente no ano de 1943 que a legislação brasileira permitiu à mulher casada que ela trabalhasse fora de casa sem a “autorização expressa do marido”, já que a situação de dependência e subordinação das esposas em relação aos maridos era reconhecida por lei desde o Código Civil de 1916. De acordo com esse código, a mulher civilmente casada era semelhante a um menor de idade e a um alienado, ou seja, ela era considerada civilmente incapaz. De acordo com as estudiosas supracitadas, outro avanço e

conquista imensurável para a vida das mulheres brasileiras foi o acesso a contraceptivos nos anos 1960, quando teve início a comercialização da pílula anticoncepcional dentro do país.

Segundo as autoras, diante de tantas transformações relevantes foi identificado, no início da década de 1980, o fenômeno da “reinvenção da mulher”, que resultou também numa reinvenção de seus papéis na família e na sociedade. Essa reinvenção foi sinalizada, principalmente, “com sua participação no mercado de trabalho, que em 1973 as mulheres compunham cerca de 30% da população economicamente ativa, e em 2009 sua participação estava praticamente equiparada à dos homens (49,7%)” (PINSKI; PEDRO, 2013, p. 26).

Lipovetsky (2000) afirma que uma nova figura social do feminino foi instaurada, causando uma ruptura muito importante na “história das mulheres” e exprimindo um último avanço democrático, conjugado com a condição social e identitária do feminino. Assim, essa mudança de cenário foi percebida pelas mulheres, pela sociedade, dando início, portanto, a uma longa jornada para as transformações e as conquistas femininas ao redor do mundo e dentro do território brasileiro. Kolontai (2011, p. 15), diz que “a entrada da mulher na vida econômica era dada como um desvio do normal, uma infração da ordem natural das coisas”.

Dessa forma, essa mulher do novo tipo, segundo Kolontai (2011), é a responsável por criar novos valores morais e sexuais, destruindo os velhos princípios que ainda permeiam a alma das mulheres. “Esta é a mulher moderna: a autodisciplinada, em vez de um sentimentalismo exagerado; a apreciação da liberdade e da independência, em vez de submissão e de falta de personalidade; a afirmação de sua individualidade” (KOLONTAI, 2011, p. 99). E, dentro desses novos valores, princípios e trajetórias comentados por Kolontai (2011), as autoras Pinski e Pedro (2011) também citam as novas possibilidades de relacionamentos fora dos limites do modelo de casamento heterossexual, monogâmico e indissolúvel, e que hoje são socialmente aceitas, modificando a própria organização dos domicílios.

Para Pinski e Pedro (2011), apesar da família monogâmica e heterossexual continuar sendo o único modelo aceito pela Igreja Católica, hoje temos outros tipos de arranjos familiares que não contemplam apenas o modelo pai, mãe e o filho(s), mas também famílias constituídas por casais homossexuais e seus filhos adotados, já que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que esses casais podem e têm o direito a adotar. Assim, além dos novos arranjos familiares, segundo as autoras, as transformações no casamento e na família indicam que interesses e projetos individuais assumem, hoje, lugar fundamental também na vida das mulheres, que se veem em funções que extrapolam o espaço da família.

Diferentemente do que ocorria no passado recente, as mulheres, hoje, estudam, trabalham e se casam. Porém, se a relação com o marido não lhes satisfaz, elas rompem a sociedade conjugal com muitíssimo mais facilidade que antes. Mais ainda: hoje é socialmente aceitável que as pessoas separadas reconstruam a sua vida afetiva e familiar, partindo para novos relacionamentos (PINSKI; PEDRO, 2013, p. 32-33).

Portanto, diante de toda a mudança de cenário, com a mulher ganhando cada vez mais espaço na dimensão da vida pública e rompendo padrões, Kolontai (2001) comenta que as virtudes femininas de passividade, submissão e doçura, que foram repetidas durante séculos, tornam-se, agora, completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais. Nesse sentido, em meio à nova e dura realidade em que vivem as mulheres trabalhadoras no novo contexto de vida, eram exigidas delas outras qualidades. “Precisa agora de firmeza, decisão e energia, isto é, aquelas virtudes que eram consideradas como propriedade exclusiva do homem” (KOLONTAI, 2011, p. 16-17).

Mesmo assim, segundo Kolontai (2001), são as mulheres do novo tipo que rompem com os dogmas que as escravizaram por longos séculos; entretanto,

a força dos séculos é demasiada grande e pesa muito sobre a alma da mulher do novo tipo. Os sentimentos atávicos perturbam e debilitam as novas sensações. As velhas concepções da vida prendem ainda o espírito da mulher que busca sua libertação. O antigo e o novo se encontram em contínua hostilidade na alma da mulher. Logo, as heroínas contemporâneas têm que lutar contra um inimigo que apresenta duas frentes: o mundo exterior e suas próprias tendências, herdadas de suas mães e avós (KOLONTAI, 2011, p. 23).

Kolontai (2011, p. 66) diz também que “o tipo essencial da mulher do passado recente era a esposa, a mulher somente eco, instrumento, apêndice do marido”. Segundo a autora, a nova mulher, celibatária, está bem longe de ser esse eco do marido, pois ela é independente exterior e interiormente. O autor Gilles Lipovetsky (2000) denomina esse novo modelo histórico de mulher, proposto por Kolontai, de “a terceira mulher”.

Para Lipovetsky (2000), “a terceira mulher” é a responsável por dar início a uma transformação sem precedente, rompendo a maneira histórica pela qual é construída a identidade feminina, bem como a relação entre os sexos, que está modificando “o modo de socialização e de individualização do feminino, uma generalização do princípio de livre governo de si, uma nova economia dos poderes femininos” (LIPOVETSKY, 2000, p. 231). Para o autor, que também distingue outras duas formas de mulher – a primeira e a segunda mulher –, ambas estavam subordinadas ao homem, mas “a terceira mulher” é sujeita de si mesma. “A segunda mulher era uma criação ideal dos homens, ‘a terceira mulher’ é uma autocriação feminina” (LIPOVETSKY, 2000, p. 237).

Segundo o autor, tudo isso foi alcançado pelas mulheres que, em algumas décadas, conquistaram um vasto conjunto de direitos que até então não eram permitidos a elas, como, por exemplo,

o reconhecimento da atividade profissional feminina, a legalização da contracepção e do aborto, a liberalização da moral sexual: uma revolução de fato ocorreu. Daí em diante, as mulheres adquiriram o direito de afirmar sua independência pessoal e econômica, de ter uma vida sexual fora do casamento, de fazer amor sem a obsessão de “ficar grávida”, de ter prazer sem se envergonhar dele, de amar uma outra mulher (LIPOVETSKY, 2000, p. 29).

Para Lipovetsky (2000), a nova cultura, que agora é centrada no prazer e no sexo, no lazer e na livre escolha individual, desvalorizou um modelo de vida feminina mais voltado para a família do que para si mesma, legitimando “os desejos de viver mais para si e por si”.

Tudo, na existência feminina, tornou-se escolha, objeto de interrogação e de arbitragem. Nenhuma atividade mais está, em princípio, fechada às mulheres, nada mais fixa imperativamente seu lugar na ordem social, e elas, da mesma maneira que os homens, entregues ao imperativo moderno de definir e inventar inteiramente sua própria vida. Se é verdade que as mulheres não tem as rédeas do poder político e econômico, não há dúvida de que ganharam o poder de governar as próprias sem caminho social pré-ordenado (LIPOVETSKY, 2000, p. 237).

Além disso, o autor também comenta que a nossa época é dominada pelo investimento feminino na vida profissional e pela rejeição correlativa de uma identidade apoiada exclusivamente nos papéis domésticos. Ele enfatiza que, em épocas anteriores, as atividades materna e doméstica bastavam para preencher a existência feminina, e isso não é mais a realidade de hoje. “A conclusão se impõe: o trabalho, em nossos dias, constrói mais a identidade social das mulheres do que antigamente, quando apenas os papéis de mãe e esposa eram socialmente legítimos” (LIPOVETSKY, 2000, p. 225).

Mas, mesmo com as conquistas e as desconstruções sociais e culturais que influenciaram positivamente a vida das mulheres, a luta continua. Kolontai (2011, p. 77) ressalta que “mesmo para a mulher de nossos dias, é muito difícil libertar-se da tendência formada no transcurso de séculos”. Lipovetsky (2000) concorda com Kolontai (2001), ao afirmar que, enquanto muitos lugares e atribuições do feminino são questionados, existe todo um conjunto de funções tradicionais que ainda se mantém. “Em outras situações, as funções e papéis antigos se perpetuam, combinando-se de maneira inédita com os papéis modernos. (LIPOVETSKY, 2000, p. 14).

Segundo Lipovetsky (2000),

as tarefas maternas são cada vez mais enaltecidas em termos de missão e de espírito de sacrifício. Porque está destinada a pôr no mundo os filhos, a alimentá-los e educá-los a mãe deve consagrar-se inteiramente a essa função, renunciar às suas ambições pessoais, ofertar-se no altar da família (LIPOVETSKY, 2000, p. 209).

Lipovetsky (2000, p. 257) comenta também que mesmo que as mulheres se comprometam cada vez mais com a vida profissional, e os homens se envolvam mais com as tarefas domésticas, “a supremacia feminina na esfera familiar permanece como a imagem mais provável do futuro”. O autor destaca que as interrupções profissionais geradas pela maternidade, o tempo dedicado aos filhos e às tarefas domésticas, bem como a carga mental que as responsabilidades maternas exigem, prejudicam as mulheres no desenvolvimento profissional.

Para Lipovetsky (2000), existe um empenho em reduzir as oposições de gênero, mas não existe uma união.

As identidades sexuais mais se recompõem do que se desafazem, a economia da alteridade masculino/feminino não é de modo algum arruinado pela marcha da igualdade. O homem permanece prioritariamente associado aos papéis públicos e “instrumentais”, a mulher, aos papéis privados, estéticos e afetivos: longe de operar uma ruptura absoluta com o passado histórico, a modernidade trabalha em reciclá-lo continuamente (LIPOVETSKY, 2000, p. 19).

Dentro dessa ótica, a condição de não ter filho(s), não ser mãe, esbarra em tendências deixadas e formadas no decorrer da história para a vida das mulheres, pois, como diz Kolontai (2011), apesar de todas as conquistas sociais das mulheres, ainda é grande a pressão para que a maternidade aconteça a qualquer custo. As autoras, Pinski e Pedro (2011) também comentam sobre essa situação, ao falarem que na primeira metade do século XX parecia não haver dúvida de que as mulheres eram destinadas ao casamento e à maternidade “por natureza”, pois é uma condição integrante da essência feminina, um destino praticamente incontestável para as mulheres.

Assim, o videodocumentário “Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?” trará mulheres que não seguiram a tendência deixada no decorrer dos séculos, não seguiram a receita cultural: “ter filhos”, “ser mãe”; para amplificar os espaços de escuta e de fala dessas mulheres, ouvindo o que elas têm a dizer, seus posicionamentos em meio a uma sociedade que ainda se pauta, mesmo nos dias de hoje, no “peso dos usos e estereótipos enraizados na história milenar das sociedades” (LIPOVETSKY, 2000, p. 252).

3. GÊNERO DOCUMENTÁRIO

3.1 Comunicação a partir do gênero documentário

O gênero documentário foi escolhido para realizar a parte prática deste trabalho, por se tratar, primeiramente, de uma comunicação como processo problematizado, que representa as vivências e acontecimentos sociais do mundo real, oferecendo uma maior liberdade e adequação com a realidade de recursos que possuo. Portanto, para justificar a relevância e a escolha da linguagem audiovisual do videodocumentário produzido nesta pesquisa de mestrado, é importante contextualizar a história e as características que envolvem a linguagem desse formato de mídia. Nesse sentido, foram utilizados como referências principais os autores Bill Nichols (2005) e Luiz Carlos Lucena (2018).

3.1.1 Trajetória histórica e conceitos do documentário

O aspecto documental foi o que deu origem à linguagem do cinema, com a aplicação dos conceitos da câmera fotográfica trabalhadas com imagens em movimento, de acordo com Lucena (2018). Segundo o autor, o documentário é visto como “um ato cinematográfico que registra o que acontece no mundo real” (LUCENA, 2018, p. 10).

Lucena (2018) relata que as primeiras imagens em movimento foram feitas em 1895, na França, pelos irmãos Auguste e Louis Lumière, quando eles projetaram, no Grand Café de Paris, o filme “A saída da fábrica”, com cenas do cotidiano de um grupo de funcionários deixando as instalações do prédio onde ficava a empresa. Os irmãos utilizaram uma câmera revolucionária para a época, que registrava, em 24 quadros por segundo, o que acontecia diante deles. Assim, o que os irmãos Lumière faziam eram pequenos documentários, já que filmavam o que era mais evidente no momento, ou seja, uma dada realidade.

Mas, de acordo com Lucena (2018), o que conhecemos hoje como documentário foi resultado dos filmes do cineasta norte-americano Robert Flaherty, nos anos de 1920, quando ele visitou uma comunidade de esquimós que ficava no norte do Canadá, e se encantou com os indivíduos que habitavam o lugar. A partir daí surgiu o que é considerado o primeiro filme de não ficção, chamado “Nanook, o esquimó”, gravado em 1922.

Para o autor, em um primeiro momento o filme documental é percebido como um ato cinematográfico, pois ele refere-se ao que acontece no mundo real, como foi registrado nas

filmagens de “A saída da fábrica” e “Nanook, o esquimó”. Portanto, o documentário, segundo ele, passa a ser considerado, então, como “a produção audiovisual que registra fatos, personagens, situações que tenham como suporte o mundo real (ou mundo histórico) e como protagonismo os próprios ‘sujeitos’ da ação” (LUCENA, 2018, p. 11).

No Brasil, de acordo com Zandonade e Fagundes (2003),

o gênero documentário passou por transformações frequentes, influenciado pelos movimentos e tendências europeias ou mesmo da política nacional, em que as modificações sofridas ao longo dos anos podem ser percebidas em cada década, as quais representaram as mudanças de concepção dos próprios documentaristas e da sociedade (ZANDONADE; FAGUNDES, 2003, p. 23).

Segundo as autoras, as primeiras produções brasileiras de documentários foram feitas pelos donos das salas de exibição de cinema, como registro da realidade em que viviam e opção de entretenimento aos espectadores. De acordo com elas, no século 20, o alemão Eduardo Hirtz e o paranaense Annibal Rocha Requião produziram vários documentários em território nacional. Mas apesar de não haver registro oficial, acredita-se que o primeiro documentário foi feito por um imigrante italiano chamado Afonso Segretto, no final do século 19, quando ele chegou de navio ao Rio de Janeiro, mais especificamente, à Baía de Guanabara.

Lucena (2018) ressalta que o documentário fala de forma direta com o telespectador. Assim, ele diz que o documentário prende a atenção de quem o assiste, pois ele trata quase sempre de uma realidade, o que obriga as pessoas, de certa forma, a tomarem posições a respeito do que está sendo transmitido.

Nesse mesmo sentido, Nichols (2005) comenta que o documentário pode defender uma causa, fazer a apresentação de um argumento, bem como apresentar um ponto de vista. Para ele, “os documentários procuram persuadir, ou convencer, pela força que traz seu argumento, ou pelo ponto de vista, e pelo atrativo, ou o poder de sua voz” (NICHOLS, 2005, p. 73). Ele diz também que “a voz do documentário fala do mundo que nos cerca” (NICHOLS, 2005, p. 73), mas com uma perspectiva diferenciada, pois um documentário defende uma causa ou apresenta um argumento.

Nos documentários, portanto, falamos dos assuntos que ocupa nossa vida da forma mais apaixonada e perturbadora. Esses assuntos seguem os caminhos de nosso desejo, conforme chegamos a um acordo com o que significa assumir uma identidade, ter uma ligação íntima e particular com alguém e pertencer a uma coletividade (NICHOLS, 2005, p. 109).

O autor afirma também que o documentário possui uma tradição que está ligada profundamente à capacidade de transmitir uma impressão de autenticidade. No entanto, ele faz uma ressalva importante quanto a essa impressão.

Se o documentário fosse uma reprodução da realidade, esses problemas seriam bem menos graves. Teríamos simplesmente a réplica ou cópia de algo já existente. Mas ele não é uma reprodução da realidade, é uma representação do mundo em que vivemos. Representa uma determinada visão do mundo, uma voz do mundo, uma visão com a qual talvez nunca tenhamos deparado antes, mesmo que os aspectos do mundo nela representados nos sejam familiares (NICHOLS, 2005, p. 47).

Lucena (2018) também comenta sobre a autenticidade das impressões transmitidas em um documentário:

É sempre bom lembrar que o documentário não representa um espelho do real, e sim o resultado do tratamento criativo desse contexto considerado real, funcionando principalmente como mediador na busca de discussões que deem significado àquilo que se convencionou chamar de realidade (LUCENA, 2018, p. 125).

Assim, por se tratar de uma processo cinematográfico que representa as vivências e acontecimentos sociais do mundo real, Lucena (2018) enfatiza que o documentário possui um argumento com bastante abertura, pois, ao filmar personagens reais, fatos e locações realistas, o acaso fica sempre envolvido, tornando-se um elemento bastante presente nesse tipo de produção. Para ele, as interpretações do mundo por meio do cinema, quando são levados em consideração os gestos dos atores em que as histórias são apresentadas no formato documentário, são mais reais do que as criadas em estúdio, o que gera um valor diferenciado para esse tipo de produção audiovisual.

E para entender qual o tipo de documentário foi produzido no Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, utilizarei os tipos de documentários propostos por Bill Nichols (2005), cineasta norte-americano conhecido como o fundador do estudo contemporâneo do documentário, destacando-se, portanto, como o grande referencial nessa área. Conforme o autor comenta, os tipos são o que qualificam o documentário como sendo um outro tipo de filme. Segundo ele, são 06 (seis) os principais modos de se fazer documentário: o poético, o expositivo, o observativo, o participativo, o reflexivo e o performático.

No modo poético, enfatizam-se associações visuais, passagens descritivas e organização formal. Esse modo é muito próximo do cinema experimental, pessoal ou de vanguarda, em que as imagens são usadas de modo bem expressivo, prevalecendo sobre o

discurso verbal. Aqui, pode-se citar como exemplo desse modo de documentário a produção “Berlin Chanell”, de 2015.

No modo expositivo, tem-se como foco o comentário verbal e uma lógica argumentativa, com objetividade e neutralidade, em que o recurso “voz de Deus” é bastante utilizado. Esse é o modo que a maioria das pessoas identifica os documentários em geral. O documentário “Ilha das Flores”, de 1989, é uma produção que se encaixa dentro desse modo.

No modo observativo, destaca-se o engajamento direto no cotidiano das pessoas que representam o tema transmitido, conforme são observadas por uma câmera discreta. Nesse tipo, não há uma preparação prévia para as gravações, pois a ideia é dar duração real dos acontecimentos. O documentário “Justiça”, de 2004, exemplifica esse modo.

No modo participativo, o enfoque é o encontro do cineasta e dos atores que ele filma, numa mistura de realidade e ficção. Nesse modo, imagens de arquivo se unem para examinar questões históricas. Pode-se citar como exemplo de tipo participativo o documentário “Edifício Master”, de 2002.

O modo reflexivo estimula nossa consciência da construção da representação da realidade feita pelo filme, que utiliza-se de hipóteses e convenções, expondo o próprio fazer documentário. Um exemplo desse tipo é “Fraternidade”, de 2004.

No modo performático, focaliza-se o aspecto subjetivo ou expressivo do próprio engajamento do cineasta com seu tema e a receptividade do público a esse engajamento, para gerar impacto emocional e social sobre o público. Nesse tipo, o documentarista é personagem, narrador e protagonista, ao mesmo tempo. O documentário “Person”, de 2007, é um exemplo desse modo de documentário.

Com isso, analisando as classificações de Bill Nichols (2005) para distinguir as maneiras de se fazer documentário, a importância dessas distinções é coerente, nesta pesquisa, devido à sua finalidade metodológica, mas, na prática, os modelos classificados pelo autor se fundem nos mais diferentes modos. Nesse sentido, o modo expositivo é a qualificação principal e mais adequada para o videodocumentário produzido neste trabalho, pois esse estilo, de acordo com Nichols (2005), retrata um acontecimento, enfatizando fatos e argumentos para aquilo que o filme está narrando, com a exposição de um ponto de vista sobre determinado assunto, estimulando nossa consciência a respeito da construção representada da realidade feita pelo filme. Além disso, o modelo expositivo é um dos mais comumente encontrados no mercado audiovisual.

Os documentários expositivos dependem muito de uma lógica informativa transmitida verbalmente. Numa inversão da ênfase tradicional do cinema, as imagens desempenham papel secundário. Elas ilustram, esclarecem, evocam ou contrapõe o que é dito. O comentário é geralmente apresentado como distinto das imagens do mundo histórico que o acompanham. Ele serve para organizar nossa atenção e enfatizar alguns dos muitos significados e interpretações de um fotograma. Portanto, presume-se que o comentário seja de ordem superior à das imagens que o acompanham. Ele provem de um lugar ignorado, mas associado à objetividade ou onisciente (NICHOLS, 2005, p. 142-143).

Segundo o autor (2005, p. 143), no documentário expositivo, “o comentário representa a perspectiva ou o argumento do filme”. Dessa forma, o recurso “voz de Deus” não é utilizado nesta produção, pois o foco do videodocumentário “Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?” é na fala/depoimento das entrevistadas, numa lógica argumentativa, de forma fluída, em que se objetivou percorrer os caminhos para escolher os acontecimentos, os significados de suas histórias enquanto mulheres que fogem à regra ser mãe, ter filho(s).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Métodos de pesquisa utilizados para produção do material

Para relatar os procedimentos metodológicos, este capítulo abordará como foi realizada a construção do presente trabalho, que contém a parte teórica (revisão bibliográfica, análise de similares) e a parte prática (apuração e levantamento das fontes, entrevistas e captação de imagens, edição do vídeo). Nesse processo, é importante relatar que as disciplinas cursadas durante o mestrado corroboraram para a composição da pesquisa, de fato, principalmente a disciplina de “Procedimentos Metodológicos de Pesquisa e Desenvolvimento”, ministrada pela Profa. Dr.^a Adriana Cristina Omena dos Santos, em que pude estruturar de forma mais científica o trabalho a ser construído. A disciplina de “Fundamentos Epistemológicos Interdisciplinares: informação e sociedade”, ministrada pelo Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, também foi extremamente importante para que eu definisse e pensasse a estrutura do meu conhecimento acerca do tema, além de mostrar como as minhas vivências pessoais resultaram na proposta desse trabalho, que é o videodocumentário “Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?”, com duração de 37 minutos e 52 segundos.

4.1.1 Revisão bibliográfica

Para cumprir com a parte teórica do Mestrado Profissional em Tecnologias, Educação e Comunicação, foram realizadas diversas leituras acerca da identidade, da construção do gênero feminino e a mídia documentário. Assim, o livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, da autora Elisabeth Badinter (1985), especificamente, contribuiu para obter uma maior dimensão a respeito do que é reproduzido pela sociedade ao longo da história sobre o amor materno, que é visto como algo que faz parte da essência da mulher, sendo inerente a ela. No entanto, a autora explica que a maternidade, ser mãe, não é algo intrínseco, mas sim uma construção social.

Nesse sentido, como a proposta do trabalho é ampliar as vozes e mostrar as mulheres residentes na cidade de Uberlândia que fogem da lógica social, buscou-se também leituras sobre a construção da identidade do sujeito. O intuito foi entender como se dá essa formação e o estabelecimento da identidade, que é resultado de uma construção social e histórica pelas várias

vivências que indivíduos e grupos definem diante de diversos contextos sociais e culturais, em uma determinada época histórica. Sob essa perspectiva, os teóricos da contemporaneidade Anthony Giddens (2002), Stuart Hall (2004) e Douglas Kellner (2001) foram as principais referências para tratar sobre o tema identidade. Para os autores, os sujeitos estão se fragmentando e suas estruturas encontram-se abaladas, pois as sociedades modernas foram e estão sendo modificadas, o que reflete também as diversas mudanças no cenário cultural que diz respeito à classe, a gênero, sexualidade etc. Nesse contexto, com as reflexões sobre identidade cultural, foi possível perceber as mulheres que não compartilham da cartilha social que diz: é mulher, tem que ser mãe, precisa ter filho(s).

Também realizei diversas leituras sobre gênero, para verificar questões relacionadas às discussões que envolvem a história das mulheres, a criação das identidades e do gênero feminino. Nessa parte, foram utilizadas como principais referências as autoras Mary Del Priore, Michelle Perrot, Gilles Lipovetsky e Elisabeth Badinter. A autora Alexandra Kolontai foi utilizada por trazer reflexões que remetem às mulheres do passado e às mulheres que ela denomina como sendo “a mulher do novo tipo”, o que Lipovetsky chama de “a terceira mulher”.

Para desenvolver a parte prática, primeiramente foi preciso contextualizar a história e as características que envolvem a linguagem do formato comunicacional documentário. Assim, nessa parte, fiz uso dos estudos do autor Luiz Carlos Lucena (2018). Com a leitura que realizei sobre Bill Nichols (2005), foi possível entender e qualificar o tipo de documentário que será produzido no Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, que é o modo expositivo, como foi dito no Capítulo 3. Também realizei um curso sobre a temática documentário, intitulado “Roteiro de documentário”, oferecido pelo Instituto de Cinema de São Paulo, ministrado pelo professor e cineasta Vinícius Arêas, para obter subsídios no desenvolvimento do meu produto e na construção do roteiro.

4.1.2 Análise de similares

O ponto de partida para pensar a parte prática deste trabalho foi analisar alguns exemplares de videodocumentários similares ao que propus realizar. Assim, pesquisei documentários, utilizando, principalmente, na plataforma online de compartilhamento de vídeo, o YouTube. Os programas de produção de documentários nacional, como o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DOCTV) e o Canal Curta, também foram observados para verificar similares que abordassem resultados de pesquisas

sobre a temática de mulheres que optaram por não terem filho(s). A seguir, estão listados alguns desses documentários:

- “Mulheres que escolheram não ter filhos”

O documentário entrevista duas mulheres que têm mais de 60 anos de idade, que escolheram, segundo elas, pular essa etapa da vida por escolha, por amor.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=iAqONN5YVY4>

- “Em Família: não quero ser mãe”

O documentário discute sobre mulheres que não querem ser mães e como a sociedade lida com esse direito, que muitas vezes é visto com estranhamento. O documentário é uma conversa com a apresentadora Yasmine Saboya, Joyce Loiola, pós-graduada em Direito e decidida a não ter filhos, Maria Cristina Urrutigaray, psicóloga que tem duas filhas e um neto, e Giovânia Costa, que é professora e também decidiu não ter filhos.

Programa exibido em 23 de junho de 2014.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=0bgHVWxnBy4>

- “Além do Ventre: uma reflexão sobre a maternidade compulsória”

O documentário discute o poder de escolha das mulheres sobre gerar ou não um filho, e as cobranças sociais relacionadas à maternidade enfrentadas por elas ao longo da vida. O documentário tem o roteiro de Daniela Pegoraro, João Victor Souza, Laís Pagoto e Natália Florentino; produção de Marcia Muryah e Paula Gomes; imagens de João Victor Souza e Natália Florentino; as entrevistadas Beatriz Leonel, Laís Pagoto, Luciana Serpeloni e Paula Gomes; edição e finalização de Natália Florentino.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=QPdi5auvlj0>

- “Diálogos: mulheres brasileiras que não querem ser mães”

Exibido pelo Programa da UnBTV, o documentário traz duas psicólogas e pesquisadoras que conversam sobre o não desejo da maternidade e o direito de não ter filhos.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ixTCi860Oh8>

4.1.3 Apuração e levantamento das fontes

Após a análise de similares, foram pesquisadas e definidas as mulheres que participaram da conversa, bem como os(as) outros(as) entrevistados(as). Todo o procedimento de escolhas e definições das fontes foi feito por meio de contatos via WhatsApp, telefonemas e e-mails, tendo como base a busca por mulheres que fugissem à regra, que escreveram (e escrevem) uma história oposta aos valores machistas, patriarcais, religiosos, culturais, sociais, medicinais etc.

Através de combinação de observação, intuição e suposições, esta pesquisa utilizou-se do método hipotético-dedutivo, em que foram usados dois grupos de mulheres com idades entre 30 e 40 anos. Em um grupo, foram entrevistadas, presencialmente, 03 (três) mulheres casadas e, no outro grupo, 03 (três) mulheres solteiras.

A partir disso, foi pensado um roteiro contendo perguntas a serem feitas às entrevistadas, buscando demarcar o fio condutor que norteou o videodocumentário. Dessa forma, foram elaboradas 04 (quatro) perguntas para serem feitas às mulheres: a) como se deu a decisão de não ter filho(s); b) quais os questionamentos feitos por familiares, amigos, sociedade em geral; c) o que mais já ouviram e ouvem quando expressam que não querem ter filho(s); e d) você é feliz com a escolha?. Para as mulheres casadas, foi acrescentado o questionamento sobre o relacionamento do casal com a escolha não ter filho(s).

Uma vez que utiliza a tecnologia da comunicação do videodocumentário, para fazer uma comunicação como processo problematizado, abordando as relações entre gênero, religião, sociedade, cultura etc., também foram entrevistados(as), presencialmente, 04 (quatro) representantes religiosos, sendo eles: 01 da linha católica, 01 da linha espírita, 01 da linha evangélica e 01 da linha da umbanda. Para os líderes religiosos, o questionamento feito sobre a visão da instituição religiosa sobre as mulheres que não querem ter filho(s), visando saber suas posições diante dessa realidade na vida das mulheres brasileiras, especialmente das mulheres que moram na cidade de Uberlândia.

Para embasar ainda mais o conteúdo do videodocumentário, a professora e historiadora brasileira Mary Del Priore concordou em fazer uma participação especial no presente trabalho. Após um encontro virtual, em que fiz a apresentação da minha proposta de pesquisa, ela gravou um pequeno vídeo, com duração de 07'37" (sete minutos e trinta e sete segundos), explicando sobre a importância do tema na atualidade, além de fazer um pequeno resumo sobre as questões históricas que envolvem a maternidade.

4.1.4 Entrevistas e captação de imagens

O procedimento metodológico deste trabalho configura-se como uma pesquisa exploratória e também explicativa (pesquisa exploratória-descritiva), que inclui levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de similares. Assim, de acordo com Gil (2008), na pesquisa exploratória o objetivo é proporcionar certa familiaridade com o problema que está sendo discutido, buscando o desenvolvimento de ideias, sendo uma pesquisa bastante flexível, possibilitando a consideração de muitos e variados aspectos relativos ao fato que está sendo estudado.

Na pesquisa descritiva, ainda de acordo com Gil (2008), o foco é na descrição das características de uma população, grupo ou fenômeno em específico, em que se faz o uso de tipos de coleta de dados, como questionários, entrevistas, pesquisas, que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Portanto, seguindo o foco do trabalho, a coleta de dados foi feita por meio de entrevistas gravadas com uma câmera digital da marca Sony, modelo HDR-PJ230, acoplada em um tripé VCT-R100, ambos emprestados. Aqui, acho importante ressaltar que o equipamento tem um limitador referente ao seu funcionamento, que só é possível se a câmera permanecer ligada constantemente na tomada. Isso foi um fator limitante que impediu a realização de entrevistas ao ar livre, por isso as imagens feitas se restringiram a locais fechados e mais silenciosos, pois não foi utilizado o microfone de lapela.

Assim, definidas as nossas fontes, partiu-se para a captação das imagens e das falas. Ao todo, foram entrevistadas 08 (oito) pessoas: 03 (três) mulheres casadas, 03 (três) mulheres solteiras e 04 (quatro) líderes religiosos. Os nomes dos(as) entrevistados(as) estão listados(as) a seguir, com pequenos recortes de suas falas, para ilustrar um pouco do conteúdo do produto. Os termos de autorização de uso de imagens e depoimentos se encontram nos Apêndices desta dissertação.

- Grupo de mulheres casadas

a) Patrícia da Rocha Silva, 35 anos, casada, educadora infantil, nascida e criada em Uberlândia: “Nunca tive o sonho de ficar grávida, nunca tive curiosidade. Sempre amei criança, eu trabalho com criança, e o tempo que eu passo com criança na escola me satisfaz. Toda essa coisa mágica que todo mundo fala, nunca tive isso. E quando eu encontrei o Victor, meu marido, no começo ele tinha o sonho, e eu não. Eu nunca tive esse apego”.

b) Pricy Polyana Costa de Oliveira, 39 anos, casada, esteticista, mora em Uberlândia há 27 anos: “Tá decidido. Até mesmo antes de casar a gente tem que pensar muito, porque às vezes a cabeça da pessoa com quem você vai casar é diferente da sua, então isso tudo tem que pesar. Então já no namoro... eu já não pensava em ter filhos, e meu marido é diferente, o estilo dele é diferente, onde o barco toca ele vai”.

c) Janaína Jácomo dos Santos, 40 anos, casada, professora universitária, nascida e criada em Uberlândia: “Eu nunca quis ter filho. Então eu nasci e desde muito jovem eu sabia que eu não queria ter filho. Eu sabia que eu queria casar, então eu casei muito cedo, com 15 anos, mas eu sabia que eu não queria filho”.

- Grupo de mulheres solteiras

a) Marília Parreira Fernandes, 35 anos, solteira, zootecnista, mora em Uberlândia há 34 anos: “Com a decorrência dessas decisões que eu tive de fazer durante a vida, eu vi que a maternidade não cabia pra mim. E ainda tive o diagnóstico de um câncer de mama. Tive a opção de congelar óvulos, mas não quis fazer porque vi que ser mãe não cabe pra mim”.

b) Raíra Costa Dias, 32 anos, solteira, médica veterinária, nascida e criada em Uberlândia: “Eu priorizo eu. Eu gosto de ter meu sono, eu gosto de ter meu espaço, e isso soa como egoísta pra muita gente. Ah, você não vai ter filho porque vai perder sua privacidade. Sim, esse é um dos motivos, eu vou perder uma liberdade, eu perco, racionalmente eu perco. Levar criança no médico, na escola, isso tudo dentro de uma rotina que você já tem. Você não vai poder sair com seus amigos. Ter um filho é uma responsabilidade muito grande”.

c) Silmara Fernandes Parreira, 37 anos, solteira, padeira artesanal, mora em Uberlândia há 34 anos: “Eu não quero ter filho(s) porque eu gosto de ter um tempo pra mim, pra me jogar no sofá, pra não pensar em nada, pra fazer minhas viagens, pra ter o meu tempo sozinha. Eu preciso desse tempo. Quando eu olhava pra vida das outras pessoas, pra elas funciona muito bem, mas pra mim não, porque pra mim faria falta ter esse tempo tranquila, sem pensar em ninguém além de mim”.

- Líderes religiosos

a) Elisabeth Tomaz Silva, coordenadora da Assistência Espírita e da Família na Aliança Municipal Espírita (AME), em Uberlândia: “Você está exercendo seu livre-arbítrio. Desde

quando a gente reencarna, estamos exercendo nosso livre-arbítrio pra tomar nossas atitudes frente a vida. Decidir ter um filho é exercer seu livre-arbítrio. O livre arbítrio é uma decisão sua, você exerce. O espiritismo nos mostra o que são nossas responsabilidades, o que são as diretrizes que a leis divinas nos mostra pra nós exercermos nossas responsabilidades, de forma pra caminharmos pra nossa salvação, nossa perfeição”.

b) Maria Irene Arantes (Mãe Irene de Nanã) e Mirelli Arantes Silva (Mãe Mirelli de Oxóssi), coordenadoras da Tenda Coração de Jesus, o primeiro e mais antigo terreiro de umbanda de Uberlândia: “Mas a gente acredita que a máxima do livre-arbítrio é maior do que essa questão. Que tudo vai acontecer de acordo com o que a nossa espiritualidade maior determinar. Se você opta por não ter filho tá tudo bem, mas o que você vai fazer? Você desenvolve um trabalho, uma outra forma de maternidade”.

c) Ronaldo Diniz, pastor e presidente do Conselho dos Pastores de Uberlândia: “Quando a gente toma decisões sozinhos, unilaterais, sem Deus, normalmente a gente toma decisões erradas. E às vezes a gente acha que tá sofrendo pelo julgamento do outro, mas nós estamos sofrendo por nós mesmos, porque a mulher foi feita para gerar filhos. Ah, mas tem mulher que não consegue gerar. Mas eu não consigo determinar essa questão, e muitas vezes é uma questão emocional que impede a pessoa de gerar filhos, mas não vamos falar das exceções, vamos falar das regras. Todo o corpo dela é feito pra gerar filhos. Então o que eu posso falar é: não tome a decisão sozinha, toma a decisão com Deus. Ore, busque na palavra de Deus, busque uma orientação com um pastor, de alguém que possa te orientar”.

d) Padre Sérgio de Siqueira Camargo, Comissão de Defesa e Promoção da Vida na Igreja São José, em Uberlândia: “Eu não posso exigir de alguém aquilo que ele não é capaz de realizar. Então eu não vejo dificuldade de uma mulher, dentro de uma escolha moral, ética, viver a sua castidade, o seu celibato, mas que não seja uma vivência egoística. Ela pode não ter filho, mas ela pode ajudar outras mães que têm filhos, pode colaborar dentro de um projeto de sociedade, no qual as crianças podem ser respeitadas em sua dignidade”.

4.1.5 Edição do vídeo

Com as entrevistas recolhidas, decupadas e o roteiro estruturado, o material foi encaminhado para que um profissional realizasse a edição do vídeo, ao custo de R\$1.500,00. A edição foi feita nos softwares de edição de vídeo chamados After Effects e Premiere. A trilha sonora utilizada em algumas partes do material é livre de direitos autorais.

4.1.6 Divulgação

Para os membros que participaram da banca avaliadora do presente trabalho, foi enviado um link que permite o acesso à produção do material. Após a defesa do pesquisa, o intuito é disponibilizar o videodocumentário nas plataformas YouTube, Facebook, Twitch, Instagram, Vimeo etc. O objetivo é também inscrevê-lo em congressos e seminários acadêmicos nacionais que abordem a temática em discussão ou em outros processos seletivos que contemplem o formato documental.

5. DEMANDA MERCADOLÓGICA

Por contribuir com a linha de pesquisa científico-tecnológica “Tecnologia e Interfaces da Comunicação”, a mídia documentário configura-se como um exemplo de produção jornalística que se baseia nas técnicas e conceitos do jornalismo documental. Sendo assim, a opção por esse tipo de linguagem, no presente trabalho, aconteceu por fazer uma comunicação como processo problematizado, considerando a relação entre gênero, religião e imprensa, trazendo esclarecimentos que fogem ao *newsmaking* tradicional, abordando, de maneira histórica e científica, o que pensam e sentem as mulheres que optaram por não ter filho(s).

Nesse sentido, a partir da análise de similares, foi observado que não existem produções com relatos de mulheres residentes da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, referente à temática não gerar filho(s). Foi verificado que existem alguns documentários que trazem relatos de mulheres que residem em outros estados e grandes capitais nacionais, mas não há produções focadas, especificamente, em mulheres que moram em Uberlândia.

Assim, além de entrevistar algumas dessas mulheres, o tema em discussão foi problematizado com entrevistas de representantes religiosos da cidade, o que também não foi detectado nas análises de similares, configurando, assim, num elemento atrativo na produção de documentários que abordam esse tipo de tema, considerado por muitos como uma pauta sensível, ainda mais por estar vinculado a mulheres que residem em uma cidade do interior do Brasil, como Uberlândia, que carrega seus valores religiosos, seu patriarcalismo, seu machismo e seu sexismo.

A cidade de Uberlândia está localizada no Triângulo Mineiro, na região Sudeste do país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2021, a cidade mineira possui uma população estimada de 706.597 pessoas, e uma área territorial de 4.115,206 km², com um salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,6 salários mínimos, e uma renda per capita de 53.828,78. A cidade possui a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), federalizada em 1978, que disponibiliza a oferta de 67 (sessenta e sete) cursos.

Atualmente, Uberlândia está na 4ª posição entre os municípios do interior do Brasil com maior economia, segundo levantamento sobre o Produto Interno Bruto (PIB) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade está à frente de 16 capitais brasileiras e de outras cidades importantes do país, e tem a segunda maior atividade econômica do estado, ficando atrás apenas da capital, Belo Horizonte. O setor da indústria é o que mais

crece, destacando-se também os setores de transformação, alimentos, bebidas de origem vegetal e fabricação de cigarros.

De acordo com o Centro de Pesquisas Econômico-Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (CEPES/UFU), em 2021, no mercado formal da cidade, as mulheres mantiveram 46% dos vínculos empregatícios ativos. A administração pública, segundo a pesquisa, é o setor com maior participação feminina, representando 72% dos vínculos empregatícios ativos neste setor. Entre trabalhadores da produção e serviços industriais, foi registrada a menor participação feminina (9%). Já a construção civil, registrou apenas 11% de vínculos empregatícios ativos para o sexo feminino.

Foi constatado também que a desigualdade salarial ainda continua, pois, em média, as mulheres da cidade de Uberlândia ganharam cerca de 20% a menos que os homens (remuneração média nominal/R\$: mulheres, 2.561; e homens, 3.098)³. Esse dado, especificamente, retrata que ainda há a permanência da desigualdade entre os gêneros, com as mulheres fazendo o mesmo tipo de serviço dos homens, mas recebendo menos.

Nessa ótica de desigualdades entre o gênero masculino e o feminino, o videodocumentário “Não quero ter filhos. Tem algo errado nisso?” ampliará as vozes das mulheres que residem na cidade, pois, durante as conversas, as entrevistadas demonstraram a necessidade de o tema tornar-se um debate mais público, para que a sociedade reflita sobre as construções criadas acerca do modelo “mulher-mãe”. Nesse sentido, o produto aqui realizado ampliará as vozes das mulheres que se encaixam nesse modelo, para não sentirem medo e desconforto ao falarem do assunto. É importante ressaltar que a necessidade de um debate mais público, requisitado pelas entrevistadas, não objetiva criar um manifesto contra a maternidade e o ato de gerar filho(s), mas sim um melhor entendimento e reflexão por parte da sociedade, para que essas mulheres não sejam tão questionadas e repreendidas quando expressam essa recusa.

Mercadologicamente, a proposta do produto apresenta um cenário favorável, tendo em vista um crescimento do mercado pela linguagem documental, pois ela se apresenta como um meio importante para que a sociedade reflita e discuta sobre o mundo em que vive. Segundo pesquisa da empresa financeira americana Omdia, a produção de documentários vem apresentando crescimento de 30% em relação ao ano de 2019 em seu segmento, apesar de a indústria global de cinema ter atravessado grandes crises financeiras durante a pandemia da covid-19, com prejuízos em bilheteria estimados em cerca de 32 bilhões de dólares em 2020⁴.

³ Fonte: Rais/MTPS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

⁴ Fonte: <https://monitordomercado.com.br/dino-news/3634>.

Pesquisas recentes realizadas no Brasil pela empresa de dados e informações Conviva mostraram que a Globoplay, plataforma da Rede Globo de Televisão, registrou um aumento de 145% no número de assinantes no primeiro semestre de 2020. Já a Netflix, que se destaca por ser a líder do mercado, conquistou quase 16 milhões de novas assinaturas no primeiro trimestre do ano 2020. Ao lado de Globoplay e Netflix, a plataforma YouTube, uma das maiores redes sociais, também continua crescendo, pois é o segundo site mais acessado no Brasil e no mundo, de acordo com a ferramenta de análise de domínio de sites Alexa Ranking⁵.

Nessa perspectiva, com a presente proposta, a intenção é disponibilizar o videodocumentário em diversas plataformas para que o alcance do conteúdo cumpra o papel de ser um material com poder de engajamento, para ser visualizado e acessado pelo público, principalmente pelas mulheres que se inserem no contexto em discussão. Dessa forma, o propósito é oferecer esclarecimentos que fogem ao *newsmaking* tradicional, apresentando, para a sociedade uberlandense e nacional, as narrativas dessas mulheres, mostrando o que pensam e sentem.

⁵ Fonte: <https://convivaeducacao.org.br/>.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A materialização deste trabalho é também a materialização da minha inquietude, da minha vivência enquanto mulher que, de certa forma, subverteu as regras ditadas ao gênero feminino, principalmente a de não seguir “receita tal”. Por muito tempo, fiquei em silêncio, ou até mesmo mentia – por medo do que iria ouvir ou pela forma truculenta que seria julgada –, quando me faziam a clássica pergunta: “Você vai ter filho?”. Isso nos faz retornar ao problema desta pesquisa: ouvir o que têm a dizer as mulheres que não querem ter filho(s), num contexto histórico construído para a realização da maternidade, ou seja, ouvi-las sem julgar, sem questionar, sem rechaçar, por terem assumido a autonomia e o protagonismo das suas vidas, fazendo sua escolha, escrevendo suas próprias histórias, indo na contramão do guia padronizado para suas vidas.

Com um recorte espaço-temporal, em que foram recolhidas, em 2022, as falas de 06 (seis) mulheres – na verdade, 07 (sete), pois, como produtora, também me incluo –, o que mais chamou minha atenção foi a descoberta do grande número de mulheres que residem na cidade de Uberlândia e que não querem ter filho(s). As entrevistadas sempre me indicavam amigas com o mesmo posicionamento, e essas amigas me indicavam outras, e assim a rede crescia. Pensava que seria mais complicado encontrar essas mulheres, mas me surpreendi. Isso me fez perceber que, se existem outras mulheres se posicionando, falando, questionando a naturalização da “mulher-mãe”, do ter filho(s), elas diminuem seus receios e medos em manifestarem suas opiniões. No entanto, não foram todas as fontes que aceitaram mostrar seus rostos e conceder suas falas, com a justificativa do desconforto, do desgaste e do medo dos julgamentos dos namorados e, principalmente, da família, caso assistam ao videodocumentário. Por outro lado, algumas mulheres comentaram que falam abertamente da recusa pela maternidade quando são interrogadas, mas fazem uso de seus problemas de saúde para se esquivarem da “obrigação” de ter filho(s), além de evitarem todo um desgaste ao ficarem se explicando quando são questionadas.

Uma das entrevistadas, que aceitou conceder sua fala e sua imagem, comentou que desde sempre nunca quis ter filho(s), além de ter descoberto, tempos atrás, uma distrofia muscular que colocaria em risco a vida dela e do filho, caso engravidasse. Ela disse:

Até faço uso desse meu problema de saúde para evitar o desgaste dos questionamentos quando surge a pergunta. A cobrança em cima das mulheres casadas, como eu, é muito maior. Aí as pessoas ficam sem argumento e nem dão prosseguimento ao assunto. Acho ótimo (riso) (Patrícia da Rocha Silva, 35 anos, casada, educadora infantil).

Outra entrevistada, que também aceitou conceder sua fala e sua imagem, disse ter tomado a decisão de não ter filho(s) desde a adolescência, e, já na fase adulta, com a descoberta de um câncer de mama, passou por um longo período de quimioterapia. Ela comentou sobre o questionamento de um médico sobre congelamento de óvulos e outras indagações direcionadas a ela, visto que o procedimento quimioterápico colocaria em risco uma futura gravidez. Ela comenta:

Faço um tratamento com menopausa temporária. E o primeiro ponto era a questão de engravidar por conta da quimioterapia. Antes de iniciar o tratamento fui muito questionada pelo médico sobre congelar meus óvulos. Dizia pra ele que não queria ter filho(s), que não era uma vontade minha. E uma coisa que eu achei muito interessante é que depois do tratamento, um outro médico me falou: Mas você não acha que está há muito tempo na menopausa? Um mastologista também me indagou... como se a gente fosse assim menos mulher (Marília Parreira Fernandes, 35 anos, solteira, zootecnista).

Nas falas das entrevistadas, temos um demonstrativo do quanto muitas mulheres apresentam certo desconforto por terem que contrariar a tendência deixada pela história, demonstrando que elas encontram dificuldades para se realizarem enquanto seres humanos completos, desatrelados dos guias padronizados para suas vidas. O fato de uma mulher não desejar, não querer ter filho(s), ainda causa estranheza, pois essas mulheres assumiram a autonomia e o protagonismo de suas vidas, contrariando o que foi acordado pela história humana. Como dito na letra da música utilizada na epígrafe desse relatório, as mulheres que desfazem os padrões sociais são qualificadas de “triste, louca ou má” porque elas recusaram “Seguir a receita tal/A receita cultural/ Do marido, da família/ Cuida, cuida da rotina”.

Por tratar-se de um trabalho realizado no contexto de um mestrado profissional, foi possível escolher entre o desenvolvimento da dissertação tradicional e a organização de um produto. A escolha pela segunda opção foi definida tendo como meta a circulação e a disponibilização de um material que chegue até a maior pluralidade de público possível, para mostrar que esse tema é discutido também na academia. A dissertação, certamente, seria engavetada, além de ser acessada por um público bem restrito.

O estudo realizado aqui envolveu pesquisa, orientação e colaboração, configurando-se num processo que foi além do desenvolvimento de um produto, pois abordou uma pauta sensível. Isso proporcionou reflexões acerca da sociedade em que vivemos, mostrando a existência de mulheres que preferem “Queimar o mapa/ Traçar de novo a estrada”.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor eterno**. Tradução de Walternsir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Tradução de Vera Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BALDISSERA, Rudimar; BORBA, Mário Pereira. **Das mídias à midiaticização: reflexões sobre opinião pública**. Trabalho apresentado ao III ABRAPCORP 2009, Congresso celebrado em 28, 29 e 30 de abril de 2009, em São Paulo, SP.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. [Versão eletrônica]. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n.1, p. 207-228, 2008.
- BAUMAN, Zigmund. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. Vol. 1, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.
- CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICO-SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (Cepes/UFU). **12ª edição do Painel de Informações Municipais de Uberlândia**. Disponível em: http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes_painel_informacoes_municipais_uberlandia_2022.pdf. Acesso em: 08 mar. 2023.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados: Ed. UFGD, 2014.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 19979.
- DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- DEL PRIORE, Mary. (Org.). **Histórias e conversas de mulher**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- GUTMANN, Juliana Freire. **Audiovisual em rede: derivas conceituais**. Livro eletrônico. Ensaio, v. 1, 104 p. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

IACONELLI, Vera. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna** 2012, 130 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa realizada no dia 14 de fevereiro de 2023.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução de Ivone Castilho. Bauru: Edusc, 2001.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**. Permanência e revolução do feminino. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LUCENA, Luiz Carlos. **Como fazer documentários: conceitos, linguagem e prática de produção**. 3. ed. São Paulo: Summus, 2018.

MALUF, M.; MOTT, M. L. Recôndito do mundo feminino. *In*: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 367-421.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Tradução de Mônica Saddy Martins. Campinas: Papirus, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Organização: Michelle Perrot; Tradução de Denise Bottman (partes 1 e 2) e Berardo Joffily (partes 3 e 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2011.

ZANDONADE, Vanessa; FAGUNDES, Maria Cristina de Jesus. **O vídeo documentário como instrumento de mobilização social**. Assis, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Fundação Educacional do Município de Assis, 2003.

ZANELLO, Valeska; DE ANDRADE, Ana Paula Müller. **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. Curitiba: Appris, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO PATRÍCIA DA ROCHA SILVA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu,

Patrícia da Rocha Silva

CPF 078.895.526-03, RG 12.945.430

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios de trabalho de título provisório “Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?”, do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestrandia Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuent Mahl, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 19 de setembro, de 20

Suzana Rosa Arantes

Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista *

Patrícia D. Rocha

Entrevistado(a)

APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO PRISCY P. C. DE OLIVEIRA**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS**

Eu, Priscy Pollyanna Costa de Oliveira Ferreira,
CPF 01479790648, RG MG 12892300,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios do trabalho de título provisório "Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?", do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestrande Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuent Mahl, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 29, de Agosto, de 2022

Suzana Rosa Arantes
Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista

Priscy Pollyanna Costa de Oliveira Ferreira
Entrevistado(a)

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO JANAÍNA JÁCOMO DOS SANTOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu,

Janaína Jácomo dos Santos

CPF 061.271.816-66

RG 12.922.899

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios do trabalho de título provisório "Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?", do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestranda Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuent Mahil, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 23 de agosto, de 2022.

Suzana Rosa Arantes

Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista

Janaína

Entrevistado(a)

APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO MARÍLIA PARREIRA FERNANDES

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu Marília Parreira Fernandes

CPF 078.534.416-27, RG 13.936.155 SSP/MG,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios do trabalho de título provisório "Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?", do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestrandia Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuent Mahl, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 01, de setembro, de 20 22.

Suzana Rosa Arantes

Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista *

Marília

Entrevistado(a)

APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO RAÍRA COSTA DIAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Fu,

RAÍRA COSTA DIAS

CPF 093.433.036-57, RG 4.202.393,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios do trabalho de título provisório “Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?”, do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestranda Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuent Mahl, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 05 de setembro, de 20 22.

Suzana Rosa Arantes

Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista

Raíra Costa Dias

Entrevistado(a)

APÊNDICE F – AUTORIZAÇÃO SILMARA FERNANDES S PARREIRA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu, Silmara Fernandes Parreira,
 CPF 064.067.176-43, RG 12.532.843.558/MG,
 depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios do trabalho de título provisório "Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?", do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestrande Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuent Mahl, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 03, de setembro, de 20 22.

Suzana Rosa Arantes

Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista *

Silmara Fernandes Parreira

Entrevistado(a)

APÊNDICE G – AUTORIZAÇÃO ELI SABETH TOMAZ SILVA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu, Elizabeth Tomaz Silva,
 CPF 046.003.176-70, RG 13 044 388,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios do trabalho de título provisório "Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?", do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestranda Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuent Muhl, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 25 de agosto, de 2022.

Suzana Rosa Arantes

Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista

Eli Sabeth Tomaz Silva

Entrevistado(a)

APÊNDICE H – AUTORIZAÇÃO MARIA IRENE ARANTES

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu, Maria Irene Arantes

CPF 480840.186 04, RG _____

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios do trabalho de título provisório "Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?", do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestranda Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuent Mahl, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 09, de abril, de 20 22

Suzana Rosa Arantes

Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista *

Maria Irene Arantes

Entrevistado(a)

APÊNDICE I – AUTORIZAÇÃO MIRELLI ARANTES SILVA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu, Mirelli Arantes Silva

CPF 056 562 156 44, RG M610544738

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios do trabalho de título provisório "Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?", do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestrandia Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuent Mahl, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 04 de outubro, de 2022

Suzana Rosa Arantes

Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista *

Mirelli Arantes Silva
Entrevistado(a)

APÊNDICE J – AUTORIZAÇÃO RONALDO DINIZ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu,

RONALDO DINIZ GONCALVES DO AZEVEDO,

CPF 571075626-91, RG M 63.182.913 SSP-MG

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios do trabalho de título provisório "Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?", do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestranda Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuent Mahl, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 05 de Setembro, de 20 22.

Suzana Rosa Arantes

Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista

[Assinatura]

Entrevistado(a)

APÊNDICE K – AUTORIZAÇÃO SÉRGIO DE SIQUEIRA CAMARGO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu, Sérgio de S. Camargo

CPF 331.306.871-68, RG _____

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios do trabalho de título provisório "Não quero ter filho(s). Tem algo errado nisso?", do Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como estar ciente da importância do uso de minhas imagens e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a mestranda Suzana Rosa Arantes com o professor Dr. Marcelo Lapuert Mahl, responsável pelo referido projeto, a realizar as entrevistas e filmagens que se façam necessárias e/ou gravar meu depoimento em áudio.

Ao mesmo tempo, AUTORIZO a utilização desta entrevista, depoimentos e fotos para divulgação do vídeo documentário que será produzido pela jornalista Suzana Rosa Arantes.

Uberlândia, 07 de outubro, de 20 20

Suzana Rosa Arantes

Suzana Rosa Arantes – Mestranda e jornalista *

Pe. Sérgio de S. Camargo

Entrevistado(a)